

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Geografia submersa: uma leitura geográfica da peça Restinga de Canudos
da Cia do Tijolo**

Ludmila Coin de Carvalho de Vita Tubino

**Trabalho de Graduação Individual realizado
pela Universidade de São Paulo, Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de Geografia, para obtenção
do título de Bacharela em Geografia.**

Orientadora: Dra Simone Scifoni

**São Paulo
2025**

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, agradeço pelas conversas, reflexões, leituras e escritas compartilhadas desde sempre e que tanto me ajudaram nesse percurso acadêmico e na construção dos meus caminhos, isso só foi possível pelos cuidados e referências cotidianas que sempre me inspirou.

Ao meu pai, que me ensinou a criar e inventar meu próprio mundo, e que sempre foi minha referência sobre os saberes da terra e das águas, agradeço por criar um lugar possível para crescer neste mundo.

A minha irmã Manoela, parceira de vida com quem compartilho com muito carinho os desafios e as alegrias do dia a dia e ao meu irmão Vinícius que sempre me ensinou a brincar com a vida e também me mostrou que a geografia era um mar possível de se navegar.

Às minhas avós Osira e Marlene, pelas inspirações, referências femininas importantes na leitura de mundo e na busca do conhecimento. Carrego comigo essa força e coragem.

Ao meu companheiro Martin pela parceria e acolhimento tão importantes nesse processo, não só do TGI, mas de toda a graduação; as alegrias e os desafios foram compartilhados com muito carinho.

A minha tia Luciana e meu tio Marcos por me mostrarem os caminhos da arte, da música, do teatro e tantos outros, agradeço pelas conversas e inspirações.

As minhas amigas e amigos Fúria, Fê, Marina, Bê, Luba, Lu, Lorena, Lis, Caê, Diego e Pedro que atravessaram esse mundo vasto da geografia e também do universo da USP que é o mundo todo, mas também um só. Não estive sozinha na caminhada.

A professora Simone Scifoni que orientou esta pesquisa, confiando nas minhas motivações e abrindo novas perspectivas investigativas, me acompanhando na trajetória de escrita e propondo discussões importantes no processo final da Geografia.

RESUMO

Restinga de Canudos é uma peça de teatro da Companhia do Tijolo que foi apresentada no Sesc Belenzinho na Cidade de São Paulo em 2025. A dramaturgia apresenta a história de pessoas comuns que viveram em Canudos, no Sertão da Bahia, no fim do século XIX. Apresentando uma outra visão sobre o movimento de insurgência, o grupo de teatro nos convida a olhar para além da narrativa do massacre, consolidada a partir dos registros oficiais da imprensa e do exército da época. Nesse sentido, esse trabalho busca realizar uma leitura geográfica sobre a peça entendendo que há geografias enredadas na história de Canudos e entender como os conceitos geográficos podem elucidar as contradições e os conflitos que marcaram a formação do nosso país. A partir dos elementos dramáticos e dos diálogos que se estabelecem entre ação educativa e o teatro como ferramenta de transformação social busca-se realizar uma leitura crítica do passado para problematizar o presente. Ademais, mergulhando nas águas do Açude de Cocorobó, que submergiu a cidade de Canudos, entre os anos de 1951 e 1968, busca-se entender os conflitos que marcam a produção do espaço, e as disputas pelos sentidos de desenvolvimento e de um projeto nacional ainda em curso no Brasil.

Palavras-chave: Canudos, Teatro, Açude de Cocorobó, Geografia

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Metodologia	4
3. Guerra de Canudos: A produção de uma história	6
3.1 Os registros Oficiais	8
3.2 A construção do arraial de Belo Monte.....	15
3.3 O contexto social e político do século XIX.....	18
4. Restinga de Canudos da Companhia do Tijolo.....	23
4.1. Elementos da Dramaturgia.....	24
4.2 As vozes dramatúrgicas.....	28
4.3 O teatro como ferramenta de transformação social.....	29
5. Geografia Submersa.....	34
5.1 Formação territorial.....	36
5.2 A questão regional.....	39
5.3 Açude de Cocorobó.....	41
5.4 Tempo-espaço do passado e do presente.....	46
6. Considerações Finais	47
7. Referências Bibliográficas	49
8. Anexo A- Ficha Técnica de Restinga de Canudos.....	53
9. Anexo B- Transcrição da Entrevista.....	54

1.Introdução

Essa pesquisa busca realizar uma leitura geográfica da peça Restinga de Canudos e analisar a geografia que está inscrita no enredo da dramaturgia apresentada pela Companhia do Tijolo. Também pretende-se discutir as relações entre o tempo retratado na peça e o nosso tempo atual entendendo os desdobramentos no imaginário social brasileiro a respeito da Revolta de Canudos.

A peça da Companhia do Tijolo foi apresentada em 2025 no Sesc Belenzinho, na cidade de São Paulo. No espetáculo é apresentada uma interpretação distinta a respeito da Revolta de Canudos que ocorreu no fim do século XIX, no interior da Bahia, destacando na coletividade liderada por Antônio Conselheiro a existência de personagens importantes que protagonizaram o movimento de insurgência. Para além da visão de Euclides da Cunha e da narrativa do massacre retratada pelos registros oficiais do exército brasileiro e da imprensa da época, o espetáculo recria uma comunidade vitoriosa pela invenção de formas próprias de existência.

Os registros históricos sobre o povoado de Canudos transformaram-se em representações simbólicas no imaginário cultural do país e as narrativas consideradas “oficiais” como os registros publicados pelo Exército Brasileiro e pela imprensa da época retrataram a população liderada por Antônio Conselheiro como um movimento fanático, contrário ao progresso e que ameaçava a República brasileira com ideias monarquistas e messiânicas, evidenciando uma visão preconceituosa sobre o movimento. A obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha também servirá como base para discutir a complexidade desse tema. Por mais que a visão da época, analisada pelas lentes do mundo contemporâneo, possa ser entendida como preconceituosa, a obra de Euclides da Cunha revela a violência histórica contra os sertanejos e por isso vai além da história oficial.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa busca trazer uma visão sobre Canudos a partir da dramaturgia apresentada pela Cia do Tijolo que problematiza a narrativa do massacre e os registros oficiais que perpetuam no imaginário social buscando retratar manifestações de outros modos de vida que existiram antes da guerra.

Assim sendo, as primeiras perguntas que surgem diante dessa problemática são: afinal o que foi a Revolta de Canudos? Como a obra *Os sertões* de Euclides da Cunha e os registros históricos da imprensa e do exército brasileiro retrataram o movimento? A segunda pergunta de pesquisa se baseia na peça, no enredo da dramaturgia apresentada pela Companhia do Tijolo: Como a peça conta essa história? Qual foi a escolha da Cia do Tijolo para tratar esse tema?

A terceira pergunta se volta para qual geografia se revela no tema retratado na peça. Quais conceitos da geografia aparecem? A partir da reconstrução cênica da história de Canudos busca-se pensar como a geografia está inserida nesse enredo.

A partir dessa história recriada para o tempo presente é possível fazer um exercício de reflexão sobre quais são as narrativas produzidas, como existiram diversas formas de resistência contra forças violentas presentes nos diferentes contextos da história do Brasil. Para isso, os autores que trabalham com a ideia de território, representação do espaço, e identidade nos auxiliam a entender as problemáticas trazidas pelos temas que o movimento de insurgência nos instiga a pensar.

Entendendo a importância de revelar outra visão sobre o povoado de Canudos, buscamos nas ideias do historiador Michel-Rolph Trouillot (2016), em sua obra *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, repensar a forma como os eventos históricos são registrados, narrados e ensinados. Para ele, o silêncio não é ausência, mas um produto ativo do poder: silenciar é uma forma de produzir história. Nesse sentido, Canudos é um exemplo emblemático de como certos eventos e vozes podem ser sistematicamente marginalizados para que uma versão oficial da história prevaleça.

Nessa perspectiva, também é importante analisar os conceitos da geografia a partir da perspectiva de Rogério Haesbaert, pela qual entende-se que o território não é apenas um espaço físico delimitado por fronteiras, mas um espaço simbólico, vivido, construído socialmente e atravessado por relações de poder e pertencimento (Haesbaert, 2004).

Outro autor importante para a pesquisa é Henri Lefebvre (2006) que nos mostra a importância de pensar o espaço social como algo construído historicamente que permite a uma certa coletividade estabelecer as relações que compõem sua experiência coletiva. Este processo é realizado, segundo o autor, de acordo com três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido, que vão ser analisados ao longo da pesquisa.

Ao buscar na peça de teatro processos de apropriação do espaço nacional, transitamos, na linguagem de Lefebvre, entre o “concebido” e o “vivido”. Isto porque, a peça nos instiga a pensar nas representações criadas, como o imaginário social é construído, buscando a partir da geografia um caminho de análise da sociedade brasileira. No âmbito do “vivido” definido por Lefebvre a imaginação e o metafórico presentes na dramaturgia da Cia do Tijolo permitem que a construção do espaço assuma os sentidos poéticos e estéticos que participam da construção de uma história contada pelos habitantes da cidade submersa de Canudos.

Ademais, podemos considerar que há trocas pedagógicas e ações educativas entranhadas na produção artística realizada pela Cia do Tijolo e na própria constituição e

construção do coletivo, o que nos permite estabelecer relações com as teorias elaboradas por Paulo Freire como a pedagogia da autonomia e as práticas emancipatórias. Isso porque na perspectiva de Paulo Freire (1978) e Teixeira Coelho (2012), a ideia de ação cultural, que se relaciona diretamente com a atuação do teatro de grupo na cidade, os indivíduos são entendidos como artistas, educadores, agentes da autonomia, seres éticos e conscientes de sua responsabilidade e visão crítica de mundo. As esferas de sua atuação possibilitam a ativação da imaginação, da ação coletiva e da reflexão.

Também é importante colocar que esse tema foi retratado em diferentes áreas do conhecimento. Na literatura, o clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, e também autores de outros países que tiveram interesse e se inspiraram nessa história, como é o caso do escritor peruano Mário Vargas Llosa (1981) com o livro *La Guerra del Fin del Mundo*. Na sociologia, Pedro Vasconcellos (2020) escreveu o livro *Canudos: de Antônio Conselheiro a Lula da Silva*; e uma referência que foi muito importante para a escrita deste trabalho foi o livro *Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas organizado* por Joana Barros, Gustavo Prieto e Caio Marinho (2019). No cinema muito se produziu a respeito dessa história, como por exemplo os documentários: *Canudos* (Ipojuca Pontes, 1978) que representou o Brasil no Festival de Cannes no ano de 1978; *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (Antonio Olavo, 1993); os documentários *República de Canudos* (1989), *Memória do Sangue* (Conceição Senna), *Três Vezes Canudos* (Centro de Estudos Euclides da Cunha). Além disso, houve produções artísticas inspiradas na temática de Canudos como a peça realizada pelo Teatro Oficina, que estreou em 2002, dirigida por José Celso Martinez Corrêa que encenou Canudos através de uma adaptação da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha.

Diante da relevância que o tema de Canudos desperta e que se revela nos vários trabalhos apresentados, pode-se dizer que a dramaturgia e a criação artística proposta pela Cia do Tijolo em Restinga de Canudos provocam uma série de reflexões e por isso busco neste trabalho fazer uma leitura geográfica sobre a peça que enxerga as ruínas de Canudos, cidade submersa, e mergulha nas águas do açude de Cocorobó em busca das histórias de suas gentes. (Cia do Tijolo, 2025)

Estar de frente para um tempo outro, mas que também se faz agora, Restinga de Canudos é uma peça que conta sobre o Brasil, sobre o tempo, sobre a geografia dos lugares esquecidos. Esse trabalho busca aprofundar os conhecimentos, entender o mundo em que vivemos, saber sobre a nossa terra, sobre a nossa gente, sobre o Brasil que é um, mas também vários. De fato, o Brasil profundo é imenso, carrega histórias, rezas, guerras e festas.

2. Metodologia

Este trabalho é um estudo de caráter qualitativo, que busca a partir do levantamento bibliográfico e de um trabalho de campo trazer para a pesquisa os autores que dissertam a respeito dos temas da geografia e da linguagem teatral. Alguns conceitos como território, identidade e espaço vão servir de base para aprofundar e problematizar os diálogos existentes entre o tema proposto, a partir da linguagem teatral e a geografia presente nas relações espaço-temporal.

Foram elaborados capítulos para refletir sobre os principais temas trabalhados pela Companhia do Tijolo e a relação com a geografia. A primeira pergunta buscou realizar uma análise sobre a história da Guerra de Canudos a partir das obras: *Os sertões* de Euclides da Cunha, a análise do livro será feita a partir do texto de Ricardo Oliveira (1977) *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. Também foi possível analisar o livro de Walnice Nogueira Galvão (1977) *No calor da Hora* que traz uma série de reportagens feitas no local da guerra pelos correspondentes, o que nos leva a analisar as publicações dos jornais da época. Além disso, o historiador Michel-Rolph Trouillot (2016) em seu livro *Silenciando o passado: poder e a produção da história* nos convida a repensar a forma como os eventos históricos são registrados, narrados e ensinados. Ademais, foram feitas buscas para encontrar mapas e imagens da época da Revolta de Canudos e também foi realizado um mapeamento de localização em escala regional e local a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2024) e Agência Nacional de Águas (ANA 2017). As localidades registradas no mapa foram obtidas através da combinação dos mapas de referência com a plataforma Google Maps.

O segundo capítulo envolve trabalho de campo, entrevistas e leitura bibliográfica; foi possível assistir à peça e realizar entrevista com Dinho Lima Flor, ator da Cia do Tijolo. Com isso foram coletadas referências utilizadas pela Cia para elaboração da peça. Também foram feitas leitura e análise das composições musicais, do cenário, das imagens e figuras que aparecem na apresentação. A análise sobre a atuação do teatro de grupo na cidade e que entende o teatro como ferramenta de transformação social alinhado com a ideia de uma educação como ato dialógico foi possível por meio dos autores Paulo Freire (1978) e Teixeira Coelho (2012).

No terceiro capítulo a intenção foi analisar como o território, a identidade e o espaço são conceitos da geografia que estão inscritos no enredo apresentado. Tal análise considerou os autores Haesbaert (2004) com o texto *O mito da desterritorialização: do "fim dos*

territórios" à multiterritorialidade e Lefebvre (2006) com o texto *A produção do espaço* traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins que trabalham com os conceitos citados. Além do texto da Glória Alves (2019) sobre a produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. Também buscou-se refletir sobre a produção de ideologias geográficas no processo de formação do Brasil a partir do texto de Antônio Carlos Robert de Moraes (2002) em *Ideologias Geográficas* e por fim foi possível trazer uma análise sobre o tempo-espaço do passado e do presente a partir de algumas reflexões do escritor e dramaturgo Ariano Suassuna.

3. Guerra de Canudos: A produção de uma história

O primeiro capítulo deste trabalho busca refletir sobre a forma que a Guerra de Canudos foi produzida nos registros oficiais, sendo necessário entender mais sobre a história e a geografia do Brasil do século XIX que não é a mesma que vivemos hoje, mas quando paramos para olhar aquilo que parece antigo ainda sobrevive.

A forma como a Guerra de Canudos (1896-1897) foi contada, a partir das narrativas oficiais, que me refiro aos jornais da época, a visão do exército brasileiro e o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha serão analisadas neste trabalho. A construção dessas narrativas contém diversos mecanismos de silenciamento que se fizeram ao longo do tempo através do exercício do poder, isso porque de maneira desigual algumas vozes tiveram acesso aos meios de produção da história enquanto outras vozes foram silenciadas.

As narrativas ditas oficiais encontradas sobre a Guerra de Canudos nos fazem refletir sobre a produção da história, mas não a história como um simples reflexo do passado, mas sim uma construção moldada por narrativas, interesses e estruturas de poder que contém silenciamentos. Michel-Rolph Trouillot (2016) em seu livro *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História* argumenta que esse silenciamento acontece na omissão de fatos, quando vozes são ignoradas ou distorcidas, isso nos revela que o processo histórico está marcado por questões sociais, enquanto uns têm o poder de contar, outros são constantemente silenciados.

A proposta do autor é entender o processo de construção da história entendendo que existem duas dimensões: “aquilo que aconteceu” e “aquilo que se diz sobre o que aconteceu.” A partir disso, passa-se a entender a história (daquilo que aconteceu) como processo e história (daquilo que se diz sobre o que aconteceu) como narrativa, o que nos mostra que “poderemos descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras”. (Trouillot, 2016, p. 55).

Seguindo essa linha de raciocínio, Trouillot identifica algumas formas de silenciamento: no momento da criação dos fatos (a formação das fontes); no momento de compilação dos fatos (a formação dos arquivos); no momento de uma devolução acerca dos fatos (a formação de narrativas) e; no momento de atribuir um significado retrospectivo (a formação da história em si). Essas formas identificadas pelo autor são entendidas sempre partindo do pressuposto de que o acesso desigual aos meios de produção histórica revela o poder como elemento constitutivo da própria história. Assim, o autor propõe a distinção entre dois sentidos da história: como os acontecimentos concretos e como os relatos construídos

sobre esses acontecimentos. Essa diferenciação evidencia que processo histórico e narrativa são fenômenos distintos, mas que se sobrepõem. A partir disso, o autor analisa como o poder atua na produção da história, silenciando algumas vozes e privilegiando outras em diferentes momentos: na criação dos fatos, na seleção do que será registrado, na elaboração das narrativas e na atribuição de significados.

No caso de Canudos, esse olhar revela como a narrativa oficial foi construída de maneira a justificar a violência do Estado contra a população pois a história que se consolidou foi a de que a população de Canudos representava uma ameaça à recém-instaurada República, um reduto de fanatismo e ignorância, liderado por um messiânico. Essa visão, amplificada pela imprensa, foi baseada em fontes parciais, distantes da realidade do sertão e dos próprios habitantes do arraial.

No momento da criação dos fatos, os relatos dos habitantes não foram considerados legítimos, o silenciamento ocorreu de diversas formas, quando se privilegiou documentos militares, reportagens e análises de um grupo social que detinha o poder. A historiografia oficial construiu uma interpretação que opôs o progresso republicano à barbárie sertaneja, reforçando estereótipos e preconceitos da época. Desse modo, o significado atribuído a esse episódio ao longo do tempo consolidou a visão de que a destruição do arraial foi necessária à consolidação do Estado brasileiro, apagando a complexidade social, política e econômica envolvida na resistência liderada por Antônio Conselheiro.

A partir da perspectiva de Trouillot, é possível perceber que essa história foi moldada por uma dinâmica desigual de poder, que determinou quais vozes seriam ouvidas e quais seriam silenciadas. A narrativa dominante não apenas ocultou parte dos acontecimentos, mas também moldou a memória coletiva segundo os interesses das elites políticas e intelectuais. Mergulhar na história de Canudos a partir dessa visão nos convida a entender mais sobre o Brasil, sobre o passado e também sobre o presente, buscando outras formas de contar nossas histórias.

Refletir sobre as formas de silenciamento, de como a história é contada e por quem é contada, é importante para buscarmos as ausências e os silêncios presentes nas narrativas, para assim podermos desafiar as narrativas consolidadas. E por isso buscamos investigar a história dita oficial, em busca de documentos e registros, dos jornais da época que retrataram a Guerra de Canudos e também os escritos de Euclides da Cunha.

3.1 Os registros Oficiais

A influência do noticiário jornalístico na leitura e compreensão de fatos e documentos históricos acerca da Guerra de Canudos foi estudada pela autora Walnice Nogueira Galvão (1977), que em seu livro *No Calor da Hora*, apresenta uma investigação sobre os jornais de grande circulação do século XIX, mostra uma série de reportagens feitas no local da guerra pelos correspondentes e nos faz entender que “A imprensa foi a primeira expedição militar”. Desse modo, a autora reconstitui um certo “território da informação” de Canudos, mapeando a notícias que circulavam nos principais jornais da época, analisa também o discurso dominante e a relação com a história, entendendo que as notícias colaboraram para a construção de um território simbólico erguido pela imprensa, onde cada manchete alimentava o medo e legitimava novas expedições militares é o que Galvão (1977) denomina de “sertão midiático”.

O sertão era como outro mundo, as linhas dos jornais desenhavam o sertão como um lugar hostil, bárbaro e perigoso. Uma cidade à parte era erguida por um líder religioso, acompanhado de milhares de fanáticos, messiânicos e principalmente monarquistas sem leis, sem impostos, sem República, era o que diziam as manchetes dos jornais, como o *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Província de São Paulo* e falavam que a “República estava sendo ameaçada por monarquistas disfarçados”.

Em 1897 a Guerra de Canudos teve destaque nas principais capas dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, a cobertura jornalística foi feita sem comprovação prévia das informações e os leitores acabavam reféns destas publicações. “Canudos foi um eficaz apelo de vendas. (...) Os jornais, valendo-se das suas instalações gráficas e de seus informantes no local de ação, imprimem, põem à venda e anunciam mapas de Canudos” (Galvão, 1994, p. 49).

Já nos últimos dias da guerra, o próprio comandante supremo escreveu uma carta, dirigida ao jornal República, “que uma vasta conspiração monarquista era o segredo da resistência inquebrantável de Canudos”. (Galvão, 1994, p. 67). Os adjetivos utilizados eram tendenciosos e pejorativos quando descreviam os sertanejos, (...) o fanatismo e a imbecilidade de uns desgraçados crendeiros transformaram Queimadas, como Monte Santo, em praças de guerra (Galvão, 1994, p. 47). Essas notícias desempenharam um papel significativo na formação da opinião pública da época, isso porque era principalmente por meio dos jornais que os “cidadãos comuns” tinham acesso às informações e por isso pode-se dizer que a imprensa era o principal canal de informação, contribuindo para que esses indivíduos construíssem

significados, valores e compreensões tanto sobre a sociedade em que viviam quanto sobre sua própria identidade (Galvão, 1977).

Figura 1: Antônio Conselheiro



Fonte: Gazeta da Tarde (1896)

A partir da análise de Walnice Nogueira Galvão sobre a cobertura jornalística, observamos como a realidade foi representada na imprensa, além disso também é necessário entender como os discursos circularam na literatura de Euclides da Cunha. É importante entender, logo de início que havia um discurso dominante na imprensa e também nas obras literárias, com a intenção de direcionar a opinião pública a representar a campanha de Canudos a partir dos discursos cientificistas que se referiam aos sertanejos como bárbaros e aos homens do exército como heróis; discursos que estão presentes tanto nas reportagens de Euclides da Cunha como de outros correspondentes de guerra.

Esses discursos estão fundamentados na ideia de que existem “raças” superiores e inferiores esse tipo de pensamento é conhecido como darwinismo social, que pode ser dividido em duas vertentes: determinismo racial que defende a existência de raças superiores e inferiores, adotando uma postura preconceituosa em relação à miscigenação e o determinismo

geográfico sustenta que o meio ambiente condiciona e determina todo o desenvolvimento cultural de um povo.

A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993), em sua obra *O espetáculo das raças*, realiza uma análise relevante sobre o debate racial no Brasil ao longo do século XIX. Ela investiga a origem dessas teorias raciais e como foram aplicadas no contexto brasileiro da época, entendendo que cientistas e estudiosos adotaram as teorias deterministas raciais como base para interpretar a realidade nacional, chegando a prever um futuro “melhor”, no qual as chamadas raças inferiores desapareceriam gradualmente, por estarem supostamente condenadas à extinção. Dessa forma, essas teorias, amplamente aceitas no final do século XIX, acabaram por legitimar, ainda que indiretamente, a repressão e o massacre das populações, consideradas inferiores.

Podemos dizer que as reportagens que circulavam na imprensa e uma parte do livro de Euclides da Cunha, *Os sertões*, principalmente *A terra e O homem*, apresentam um posicionamento ideológico que coloca os habitantes de Canudos como estando condicionados por um meio hostil que os define a partir de uma cultura do atraso. E esse tipo de pensamento desenvolvido por correntes científicas vigentes na época de certa forma autorizaram e legitimaram o massacre dessas populações.

A obra de Euclides da Cunha retrata não só a Guerra de Canudos, mas também a formação da sociedade brasileira, em um momento político-social que passava por inúmeras transformações. Importante contextualizar também que é nesse momento histórico que surge a Geografia, enquanto ciência, preocupada em entender e situar o papel do homem no mundo. Alguns geógrafos como Ratzel (1844-1904) e Vidal de la Blache (1845-1918) considerados como fundadores de uma Geografia Humana surgem nesse período e buscam entender os fatores que produzem a diferenciação entre os povos, atribuindo grande importância aos elementos naturais nesse processo, influenciaram assim, a corrente de pensamento do determinismo geográfico.

Nesse contexto, a obra de Euclides da Cunha contém argumentos científicos que retratam aspectos físicos, históricos e sociais que caracterizam o homem sertanejo, as espécies da fauna e da flora sertaneja, estudos geológicos, climatológicos, demonstrando suas bases no evolucionismo e no darwinismo social em semelhança com a Geografia insurgente nesse período. Mostrando assim que esses escritos se aproximam com a ciência geográfica da época e que esta serviu de suporte teórico-metodológico que sustentou seus argumentos sobre os motivos que condicionaram os eventos que narrara.

Há um trecho importante em *Os Sertões* que podemos ver essas influências em uma passagem intitulada “Um parêntesis irritante”, baseadas nos pressupostos do determinismo biológico.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. (Cunha, 2002, p.168)

Além dessa passagem, podemos ver que Euclides da Cunha analisa a combinação das questões étnicas no Brasil com sua evolução enquanto civilização. “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (Cunha, 2002, p. 104). Assim, o autor entende que a evolução de nossa civilização passa pelo processo de branqueamento da raça, voltando ao argumento da existência de raças superiores – no caso a de origem europeia – em detrimento de outros grupos. Essas ideias se alinham com as perspectivas geográficas baseada em ideias evolucionistas.

Alguns firmando preliminarmente, com autoridade discutível, a função secundária do meio físico e decretando preparatoriamente a extinção quase completa do silvícola e a influência decrescente do africano depois da abolição do tráfico, prevêm a vitória final do branco, mais numeroso e mais forte, como termo geral de uma série para o qual tendem o mulato, forma cada vez mais diluída do negro, e o caboclo, em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígine (Cunha, 2002, 103-104).

Euclides volta a destacar a relação entre o homem e o meio associando as dinâmicas climáticas com os processos históricos que “[...] nos dois primeiros séculos do povoamento embateram as plagas do Norte”, indicando o clima do sertão como um dos “[...] obstáculos mais sérios que a rota agitada dos mares e das montanhas, na travessia das caatingas ralas e decíduas”. Afirma então que os principais movimentos para o interior do Brasil, promovido pelos jesuítas, bandeirantes paulistas e pela atividade pecuarista – somado ao elemento negro e indígena –, enfrentaram os desafios de sobreviver em um ambiente hostil como o sertão semi-árido, provocando uma adaptação biológica e cultural que caracteriza o homem sertanejo (Cunha, 2002, p. 107)

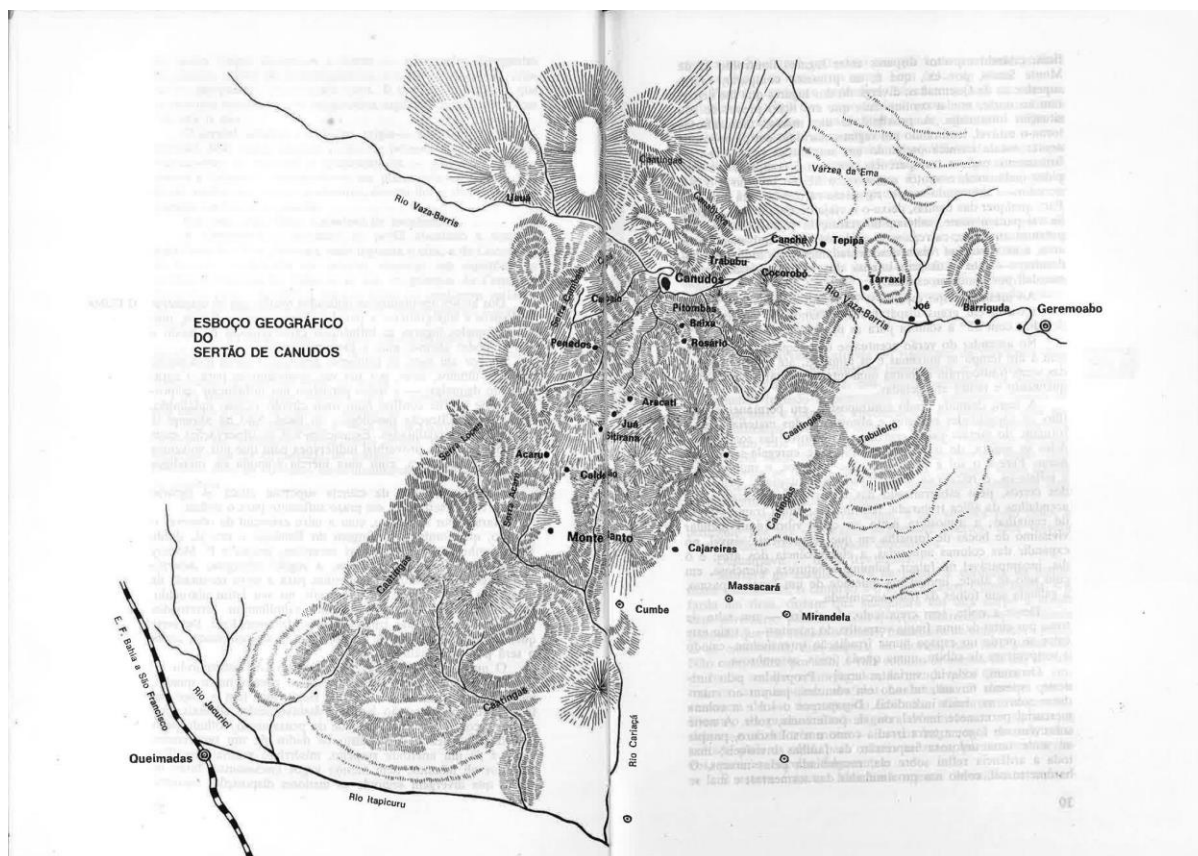
Em outro livro *Canudos: Diário de uma Expedição (2003)* Euclides da Cunha mostra a relação do homem sertanejo com o meio onde vive, utilizando tal conhecimento como vantagem em batalha no caso dos jagunços. É a partir dessa premissa que ele apresenta as condições naturais das proximidades onde o conflito estava ocorrendo, buscando entender a relação entre os canudenses e o meio.

Vestido de couro curtido, das alpercatas sólidas ao desgraçoso chapéu de abas largas e afeiçoados aos arriscados lances da vida pastoril o jagunço, traíçoeiro e ousado, rompe-os, atravessa-os, entretanto, em todos os sentidos, facilmente, zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica, vingando célere como um acrobata as mais altas árvores, destramando, destro, o emaranhado dos cipoais. Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso e abrupto (Cunha, 2003, p. 127).

Também é possível notar esse suporte teórico dos estudos geográficos a partir dos mapas que Euclides da Cunha apresenta em sua obra, como argumenta Aroldo de Azevedo em sua análise sobre O Sertões:

Nem mesmo a cartografia foi colocada em plano secundário por Euclides da Cunha, quando muito bem poderia tê-la deixado no esquecimento, sem que os contemporâneos sentissem pela ausência, dado o caráter do livro. Muito pelo contrário, os mapas lá estão testemunhando a profunda seriedade da obra imortal. É o Esboço Geológico, estribado em nada menos de 15 autores, que Euclides menciona com absoluta honestidade. É o "Esboço Geográfico do Sertão de Canudos", com a rede hidrográfica e os aspectos essenciais do relevo, representados em hachuras. É a Distribuição da Flora Sertaneja, com a representação das grandes paisagens botânicas do Estado da Bahia e, o que não é desprezível, o traçado dos velhos caminhos do nordeste baiano. É o próprio mapa de Canudos e suas cercanias, repleto de pormenores. (Azevedo, 1950, p.27)

Figura 2 - Esboço Geográfico do Sertão de Canudos



Fonte: Cunha (1979)

Também é importante mencionar que embora Euclides da Cunha se posicione como um defensor do regime recém-instaurado, vendo Canudos como uma ameaça à República, ele não se restringe a reproduzir a visão oficial. Ele oferece aos leitores outros olhares sobre o que testemunhou e leu a respeito desse evento. A pesquisadora Galvão observa que, em determinado momento das reportagens, tanto de Euclides quanto de outros jornalistas, há uma mudança no enfoque sobre o conflito: “Os repórteres começam a desconfiar de que não estão assim tão bem-informados e passam a registrar suas dúvidas. E quase todos começam a se escandalizar com as práticas que presenciam” (Galvão, 1981, p. 77). Segundo Galvão, essa mudança de postura por parte dos repórteres e de intelectuais da época pode ser entendida como uma forma de “autocrítica” o que, segundo ela, representa um possível avanço durante o conflito. Isso porque há um movimento no sentido de abandonar discursos superficiais e adotar uma visão mais reflexiva e crítica sobre a realidade nacional.

Miguel Reale (1993) crítico da obra euclidiana, no seu ensaio *A face oculta de Euclides da Cunha*, destaca que o autor de *Os sertões* constrói um discurso crítico que denuncia as

injustiças cometidas contra a população de Canudos. Ao longo do livro, seu posicionamento se contrapõe às ideias predominantes da época. Para isso, ele recorre a diversas estratégias discursivas, como o uso de uma linguagem científicista e técnica, recursos artísticos e elementos ideológicos.

Nesse sentido, ao analisar algumas passagens do livro, percebemos que o fracasso das campanhas militares e a violência que Euclides da Cunha testemunhou em Canudos colocaram em choque sua crença no exército e na república recém-estabelecida no Brasil. Isso porque sua visão baseada na certeza de uma vitória das forças republicanas entrou em conflito com sua leitura geográfica da realidade que presenciou. Como podemos ver nesse trecho:

O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores — uma invasão — em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica. A realidade, tangível, enquadrada por todos os sucessos, ressaltando à observação mais simples, era aquela. Os novos campeadores sentiam-na dominadoramente. E como aquele povo desconhecido de matutos lhes devolvia, dia a dia, mutilados e abatidos, os companheiros que meses antes tinham avançado robustos e altaneiros, não havia ânimo varonil que atentasse impassível para as bandas do sertão misterioso e agro... (Cunha, 2002, p.515).

Demonstrando sua intenção de apresentar a barbárie existente em ambos os lados do conflito, mas principalmente no que se refere ao papel do exército – que se valeu de uma força desproporcional para dar fim à guerra – e do exemplo final da resistência dos canudenses, Euclides escreve:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. (...) caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (Cunha, 2002, p. 597).

No capítulo intitulado *A Luta* é possível perceber que os argumentos de Euclides da Cunha em defesa da atuação do exército republicano entram em conflito com a dura realidade que ele presencia nos momentos finais do conflito. Embora sua análise tenha sido marcada por uma visão negativa dos sertanejos e pouco tenha abordado questões sociais como as disputas por terra, exploração da mão de obra e o autoritarismo dos líderes locais, seu posicionamento crítico diante da campanha militar o levou a reconhecer as contradições profundas do país. Os escritos do autor nos fazem enxergar um Brasil complexo e profundo, entendendo as desigualdades entre o sertão e o litoral, revelando o abandono do Estado frente à situação de um povo empobrecido, ignorado pelas autoridades e que enxergou em Canudos uma chance de romper com a miséria e a opressão.

3.2 A construção do arraial de Belo Monte

Embora a Guerra de Canudos tenha ocorrido entre outubro de 1896 e outubro de 1897, o surgimento desse movimento tem raízes mais profundas, ligadas principalmente à figura de Antônio Conselheiro. Ele foi um andarilho que percorreu o sertão nordestino durante grande parte do século XIX e se tornou o principal líder da comunidade. Ao longo de suas peregrinações, Conselheiro reuniu um grande número de trabalhadores rurais que passaram a segui-lo, também havia libertos, indígenas de aldeamentos próximos como os Kiriri Kaimbê, de Mirandela e Massacará, que também deixaram seus locais de origem e se dirigiram a Canudos. (Galvão, 2001, p.57)

Nesse contexto, Antônio Conselheiro foi um entre tantos líderes religiosos populares do sertão, homens leigos que percorriam a região pregando sermões e que passaram a ser conhecidos como "conselheiros", por não serem padres da Igreja Oficial. A escassez de recursos e de perspectivas fazia surgir inúmeros conselheiros em um contexto social marcado pela miséria e pelo abandono. (Galvão, 2001, p.33) Suas atitudes e pregações chamaram a atenção dos setores mais poderosos das cidades por onde passava, pois ele defendia uma forma de catolicismo fora dos padrões da Igreja oficial. Além disso, sua influência gerava incômodo nas elites locais, já que muitos trabalhadores abandonavam seus empregos para seguir o líder religioso, comprometendo os interesses econômicos da região.

Os crentes acompanharam-no. Não inquiriram para onde seguiam. E atravessaram serranias íngremes, tabuleiros estéreis e chapadas rasas, longos dias, vagarosamente, na marcha cadenciada pelo toar das ladainhas e pelo passo tardo do profeta... (Cunha, 2002, p. 212).

Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párcos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura (Cunha, 2002, p. 197).

Em 1893, Conselheiro funda o Arraial de Belo Monte, em uma antiga fazenda abandonada localizada às margens do rio Vaza-Barris no norte da Bahia. Ao longo do tempo, Canudos teve um crescimento populacional — estimado entre 25 e 30 mil habitantes — e também econômico, principalmente pela produção de derivados de cabra, o que passou a incomodar profundamente as elites da região (Costa, 1990, p. 21). O povoado era simples, com casas de taipa cobertas por palha, algumas poucas construções de alvenaria e uma pequena capela, tudo à beira do intermitente rio Vaza-Barris. (Galvão, 2001, p.43)

Figura 3 - Localização de Canudos no sertão da Bahia



Elaborado por Ludmila de Vita e Martin d'Horta

Fonte: IBGE 2024 e ANA 2017

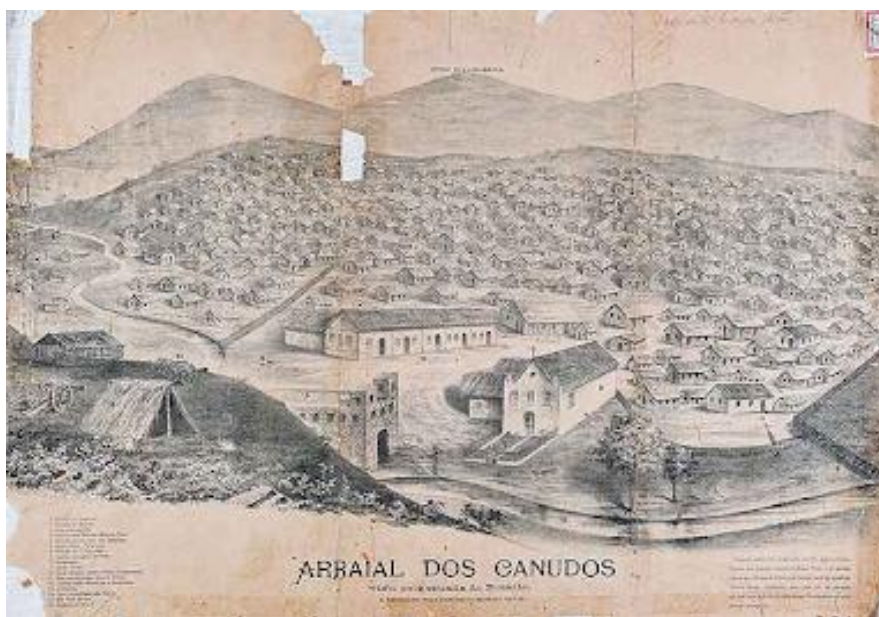
O historiador Manoel Neto fala no documentário de Antônio Olavo (1993) sobre a origem de Belo Monte, entendendo-o enquanto alternativa necessária ao poder coronelista vigente nos sertões da época:

Canudos, no meu entendimento, é a cidade dos despossuídos, dos desesperançados, dos marginalizados. Pessoas que viviam sob o barão e o cutelo dos grandes coronéis, dos grandes proprietários, senhores da verdade e senhores até da mentira. Donos de tudo e de todos, que marcavam o gado como marcavam gente. Então Canudos é essa alternativa, é essa perspectiva. É a oportunidade de pessoas que nunca tiveram a chance de dizer não, dizer não! Dizer não ao latifúndio, dizer não ao coronel, e participar de uma utopia ou da construção de uma utopia que facultava a eles essas formas de vida, ou essa forma de convivência, absolutamente nova no seu cotidiano. (Neto, 1993)

O cotidiano no arraial era marcado por uma religiosidade popular, havia orações diárias ao amanhecer e no final do dia, seguidas das palavras de orientação de Conselheiro, que atraíam pessoas de diversas regiões. Um traço marcante da comunidade era a inexistência de propriedade privada da terra, qualquer recém-chegado podia construir sua moradia sem precisar pagar por isso. (Galvão, 2001, p.47)

Uma das descrições mais abrangentes é a de Euclides da Cunha (2002) no *Diário de uma expedição*, em que anotou que o arraial compreendia cinco bairros, espalhados sobre o dorso das colinas, estando as edificações concentradas no interior de cada bairro e mais esparsas nos seus limites. De fato, dá a impressão de estar descrevendo a resultante de sucessivas levas de povoamento precipitado, irradiando a partir de núcleos periféricos. (Galvão, 2001, p.46).

Figura 4 - Arraial dos Canudos: visto pela estrada do Rosário



Fonte: Urpia (1897)

A organização do arraial era estruturada, havia um líder militar, responsável pelas ações de defesa, também havia um chefe civil, que zelava pela ordem interna, além de uma professora, um curandeiro e um secretário que atuava como escriba de Conselheiro. Embora muitos desses personagens tenham permanecido anônimos, alguns nomes foram registrados e aparecem em diferentes relatos históricos. (Galvão, 2001, p.48)

3.3 O contexto social e político do século XIX

A Guerra de Canudos ocorreu em um país que mantinha suas estruturas políticas e sociais presas ao grande latifúndio. Grandes propriedades nas mãos de poucos e a maioria dos trabalhadores sustentando essas terras com sua força de trabalho. O contexto social e econômico desse período teve grande influência no desenvolvimento do Arraial, isso porque alguns marcos históricos moldaram a sociedade do século XIX.

Em 1850, a terra se transformou em mercadoria, a imensa massa de ex-escravizados, indígenas e camponeses pobres não podiam comprar um pedaço de chão. A Lei de Terras aprofundou e consolidou a concentração fundiária no Brasil tendo um caráter profundamente

excludente (Martins,1980). Também em 1888, a Lei Áurea aboliu oficialmente a escravidão no Brasil. A liberdade traçada no papel não trouxe terra, nem trabalho para os ex-escravizados. A abolição ocorreu sem qualquer inclusão da população nas esferas econômicas e sociais, o que se deu foi uma população vulnerável a um sistema fundiário controlado pelos grandes latifundiários. (Martins, 1980)

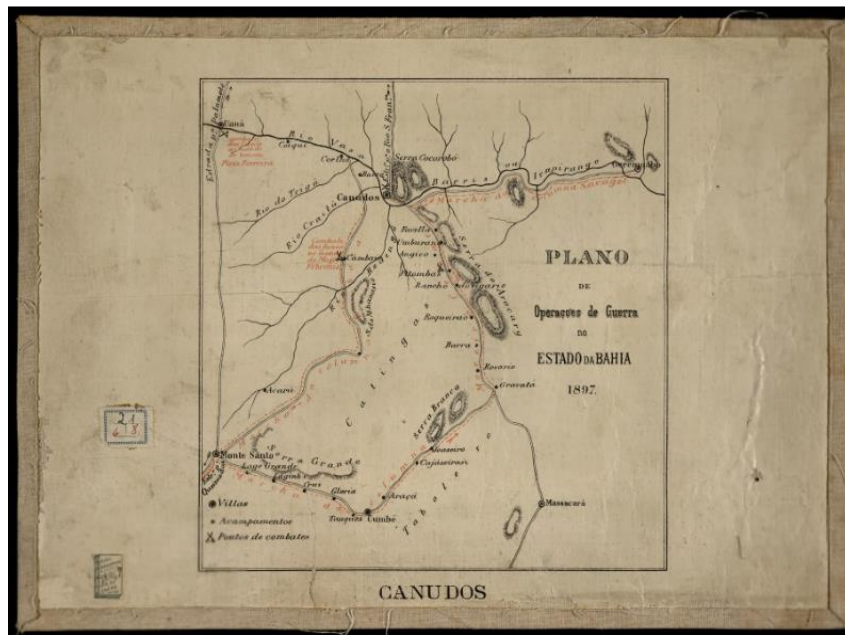
O ano de 1889, foi marcado pela Proclamação da República que para o povo camponês e sertanejo, foi um acontecimento distante, alheio à sua vida concreta, marcada pela pobreza e pela exclusão secular (Martins, 1981). A nova ordem política não alterou, de fato, as estruturas sociais herdadas da época imperial. A terra continuava concentrada nas mãos dos grandes proprietários, e a maioria da população rural seguia sem voz nem acesso a direitos.

Enxergamos no Brasil do século XIX um país dividido: de um lado, uma modernização conservadora promovida pelas elites políticas e, de outro, uma enorme massa de excluídos sociais que buscavam alternativas de sobrevivência e justiça social fora das instituições oficiais. A fome, o analfabetismo, a falta de terras e habitação para a população eram marcantes nesse período, o que nos faz entender como surgiram nesse tempo movimentos de revolta popular que eram fortemente reprimidos pelas autoridades.

Nesse contexto em que a recém-proclamada República ainda buscava afirmar seu projeto político as tensões em torno de Canudos se intensificaram. O arraial passou a ser visto pelas elites brasileiras como um obstáculo à consolidação do novo regime. Segundo Euclides da Cunha, as lideranças locais subestimaram a capacidade de resistência dos jagunços, acreditando em uma "vitória inevitável sobre a rebeldia sertaneja insignificante" (Martins, 2002, p. 273). O governo da Bahia, por sua vez, afirmou que as ações já tomadas seriam suficientes para extinguir o grupo, classificando-o como um punhado de fanáticos que não necessitava de reforço federal. Afirmava ainda que o número de seguidores de Conselheiro não ultrapassaria quinhentos homens (Cunha, 2002, p. 273). O povoado de Canudos, fundado por Conselheiro, era visto pelas elites republicanas como uma ameaça à ordem estabelecida. Como analisado por Lilia Moritz Schwarcz (1998), a jovem República temia tudo que parecesse uma "ameaça ao progresso", o que explica a violenta reação do Exército Brasileiro contra a comunidade sertaneja, confundida, muitas vezes, com uma insurreição monarquista.

Diante disso, o governo baiano organizou duas expedições militares, a primeira em novembro de 1896 e a segunda em janeiro de 1897, ambas derrotadas pelas forças de Canudos. O conhecimento da população de Canudos sobre o ambiente sertanejo permitiu-lhes melhores condições na guerra, além disso, o Exército Republicano apresentou um despreparo para enfrentar o conflito, o que fez com que Canudos se tornasse um enorme desafio para o Estado.

Figura 5 - Mapa das Operações Militares na Guerra de Canudos

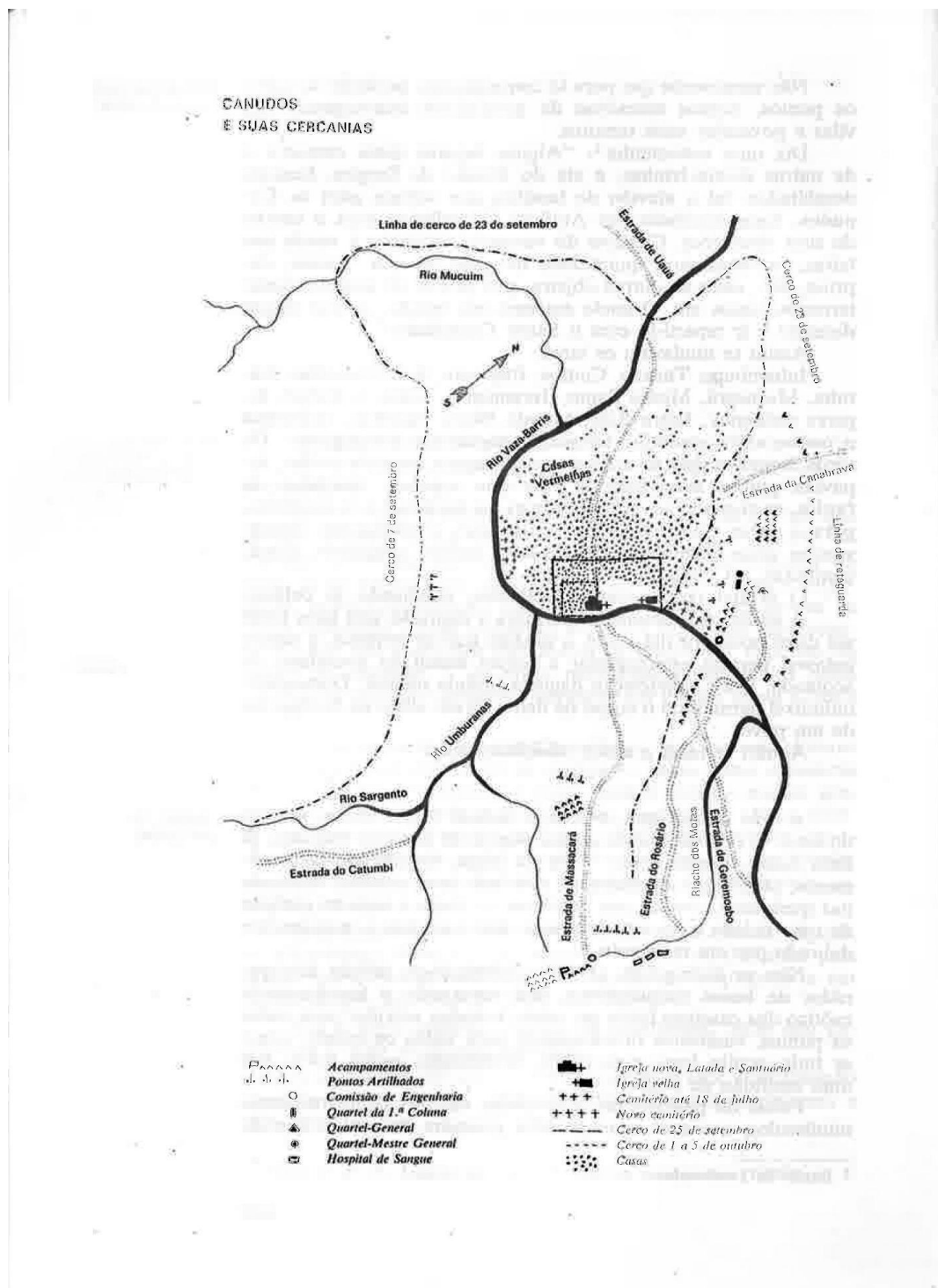


Fonte: Acervo Digital - Cartografia - Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart541268/cart541268.htm

Acesso em: 26/05/2025

Figura 6 - Mapa de Canudos e suas cercanias



Fonte: Cunha (1979)

A dificuldade das elites regionais de conter o avanço do movimento levou o presidente Prudente de Moraes (1841–1902) a intervir diretamente, no entanto, a terceira expedição

também foi derrotada. Assim, organizou-se a quarta e última expedição, em julho do mesmo ano, foram mobilizados 9.500 soldados.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. [...] caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (Cunha, 2002, p.597).

Somente após a 4ª expedição o exército brasileiro conseguiu ter êxito nas batalhas, montando um cerco a Canudos que enfraqueceu a resistência dos jagunços. A guerra chegou ao fim em 6 de outubro de 1897 com a morte dos quatro últimos defensores e a exumação do corpo de Antônio Conselheiro.

4. Restinga de Canudos da Companhia do Tijolo

*Eu tô aqui
Eu não tô só
Eu tô de frente
pro açude Cocorobó
Eita, cidade submersa!
Tem muita reza,
estratégia, tem guerra e festa.
Estrela violeira
a noite inteira
cantou repente
Mergulhar em Canudos
é mergulho fundo
dentro da gente*

(Canção composta por Jonathan Silva para o espetáculo Restinga de Canudos, da Cia do Tijolo, 2025)

O segundo capítulo desta pesquisa busca trazer uma visão sobre Canudos a partir da dramaturgia apresentada pela Cia do Tijolo que problematiza a narrativa do massacre e os registros oficiais que perpetuam no imaginário social buscando retratar manifestações de outros modos de vida que existiram antes da guerra. Busca também fazer uma reflexão sobre o tempo-espaço do passado e do presente e nos coloca diante de conflitos e questões que até hoje se perpetuam no Brasil.

Propondo uma reinterpretação, o grupo de teatro busca evidenciar as histórias das pessoas comuns que resistiram e viveram em Canudos no final do século XIX, no sertão da Bahia. A peça reconstrói, em cena, a vida para além do massacre e é contada por mulheres, professoras, beatos rezadores, agricultores e poetas que ganham voz na dramaturgia, construindo uma homenagem a esses personagens que foram pouco reconhecidos na narrativa oficial. O espetáculo é fruto de um intenso trabalho de pesquisa que a Cia do Tijolo vem desenvolvendo sobre a importância da educação popular e da arte como ferramenta para construção de uma memória coletiva, propondo um olhar novo sobre os conflitos que marcaram a história do Brasil e a formação da República brasileira. A peça apresenta a partir de uma investigação poética dos escombros submersos do açude de Cocorobó, onde se encontram as ruínas da comunidade de Canudos, as histórias e vozes das pessoas que foram silenciadas pela historiografia.

O açude de Cocorobó, construído entre 1951 e 1968, submergiu a área das ruínas do Arraial de Belo Monte, fundado em 1893 por Antônio Conselheiro e que chegou a ter cerca de 25 mil habitantes; eram camponeses, vítimas da seca e do sistema fundiário vigente, escravizados recém-libertos, indígenas, ex-jagunços e sertanejos em situação de pobreza,

vindos das proximidades ou de outras regiões do Nordeste. Em 1910 os sobreviventes da guerra fundaram outro povoado no local da antiga comunidade de Belo Monte. Este povoado também desapareceu sob as águas do Cocorobó. Em tempos de seca, quando as águas baixam, é possível identificar no açude indícios das ruínas da antiga comunidade, o atual município de Canudos existe desde 1985.

O nome da peça, segundo o diretor e ator da companhia em entrevista concedida, nos remete a ideia de Restinga como uma metáfora para refletir sobre as ruínas de Canudos, o espetáculo propõe uma reflexão sobre as memórias e histórias do povo de Canudos. Essa palavra “restinga” simboliza o que restou após a destruição de Canudos, um lugar que continua a ser um símbolo de resistência mesmo depois do massacre e da submersão pelo Açude de Cocorobó.

Nesse contexto, a Cia do Tijolo coloca em cena não só os personagens que construíram e viveram no arraial, mas também o modo de vida, os costumes e os ideais que fizeram de Belo Monte uma comunidade marcante na história do Brasil. Assim, os atores abrem o espetáculo partilhando um cuscuz, trazendo para cena um ato comunitário que faz referência a vida na comunidade, e dizem: "Onde comem quinze (referência ao conjunto de atores, atrizes e músicos em cena), comem 135 (aqueles somados aos 120 espectadores)". Nessa cena, se entende os caminhos que a Cia escolheu para encenar Canudos, trazendo a luta coletiva, o cotidiano comum das pessoas que fundaram a comunidade, onde a produção de alimentos era repartida e não havia fome. A partir disso, o grupo conduz a narrativa através de alguns pilares como a festa, trazendo a ideia da celebração como expressão da resistência das pessoas que viviam no arraial, também trazem a guerra, mas valorizam o ponto de vista sertanejo, distanciando-se das narrativas militares do massacre.

4.1. Elementos da Dramaturgia

Ao analisar os elementos constitutivos da dramaturgia apresentada, conseguimos entender que o espaço cênico, a iluminação, as composições musicais e a escolha dos personagens são fundamentais para compreensão do tema trabalhado em cena. Como se tivessem desenterrado do açude submerso memórias, corpos e objetos que simbolizam a história de Canudos. O espaço cênico nos coloca diante do sertão da Bahia a partir dos bambus que assumem diferentes funções no espetáculo como ferramenta de trabalho, como arma e

como objeto que compõem as estruturas cênicas. Essa pluralidade que os objetos assumem dizem também sobre a proposta dramática que oferece uma multiplicidade de perspectivas.

Figura 7- Os Bambus da festa



Foto: Alécio César (2025)

Figura 8- Os bambus da guerra



Foto: Alécio César (2025)

Outro elemento importante na peça é a iluminação, que contribui para a construção da temporalidade do espetáculo, do presente e do passado, e por isso as luzes quando ofuscam no espaço cênico podem ser entendidas como o sol que queima no sertão e quando as luzes se abaixam, o açude de Cocorobó submerge no espaço. Isso contribui para o entendimento de que existe uma articulação de planos narrativos que permite abordar os diferentes tempos históricos.

Figura 9- O elenco de Restinga de Canudos



Foto: Alécio César (2025)

As músicas que compõem a peça são fundamentais para a narrativa pois resgatam elementos sonoros da tradição nordestina em um diálogo com referências atuais que compõem os cantos coletivos amplificando tensões, celebrando as festas e dando movimento as ações dos atores e assim estabelecem o “substrato mítico-religioso que permeia a experiência histórica de Canudos” (Moura,2015).

No final do espetáculo a Cia interpreta a música de Belchior “Conheço Meu Lugar”, uma canção que trata sobre a condição do homem comum, questiona o lugar estereotipado dos nordestinos e reivindica a voz ativa do indivíduo como forma de resistência às injustiças sociais. Como podemos ver a seguir num trecho da música:

Nordeste é uma ficção	Dos ofendidos
Nordeste nunca houve	Você sabe bem
Não eu não sou do lugar	Conheço o meu lugar
Dos esquecidos	Conheço o meu lugar
Não sou da nação	Conheço o meu lugar
Dos condenados	Conheço o meu lugar
Não sou do sertão	Conheço o meu lugar

Essa música dialoga com a peça, já que ambas questionam o lugar das pessoas comuns na história do Brasil, dão lugar a essas vozes que foram esquecidas, assim, reforçam essa ideia de que as pessoas têm identidade, possuem histórias e não são da “nação dos condenados”. A música e a peça de teatro questionam a narrativa dominante sobre o Nordeste, e propõem uma busca por uma identidade própria. O verso “O que é que pode fazer o homem comum neste presente instante senão sangrar?” expressa a impotência diante das injustiças, mas também ressalta a necessidade de manter uma “voz ativa” como forma de resistência. Por fim, a repetição de “Conheço o meu lugar” reafirma o direito das pessoas comuns de ocupar os espaços e contar suas histórias.

Em relação aos personagens, a escolha de priorizar o olhar de duas professoras da comunidade nos remete às ideias desenvolvidas por Paulo Freire, uma grande referência para a Companhia do Tijolo, já que as professoras desenvolvem papel fundamental na dramaturgia por serem agentes de transformação, assumindo um lugar de militância política. Esses papéis se aproximam de uma pedagogia crítica que constrói um diálogo entre memória e história, experiência vivida e conhecimento sistematizado. A pedagogia da pergunta, que Paulo Freire nos coloca, é materializada na dramaturgia pois a Cia convoca o público ao questionamento ativo de suas próprias concepções sobre o passado e o presente da história do povo brasileiro e não somente à absorção passiva de conteúdos históricos. Isso nos mostra como o grupo de teatro consegue abarcar as complexidades do tema mostrando a partir da narrativa de pessoas comuns que enfrentam as tensões de seu tempo histórico.

4.2 As vozes dramatúrgicas

Os personagens que ganham voz na dramaturgia apresentada pelo grupo também foram enunciados nos estudos conduzidos por José Calasans Brandão (1986) em sua obra *Quase biografias de Jagunços* onde aborda a história de Canudos a partir de uma revisão dos argumentos euclidianos utilizando fontes, como jornais locais, documentos oficiais e em relatos de indivíduos que vivenciaram ou conheceram pessoas que estiveram em Canudos. José Calasans, faz um retrato do conjunto das pessoas (beatos, combatentes, mulheres, proprietários) que viviam junto ao Conselheiro, estudados a partir dos depoimentos de sobreviventes e de outras fontes.

Os heróis anônimos de Canudos, são eles: João Abade, chefe do povo e comandante de rua encarregado da defesa do arraial; Pajeú, combatente ilustre, celeiro de valentões, famoso por sua imaginação tática. Antônio Beatinho negociou a rendição de mulheres, crianças, feridos e velhos nos últimos dias do arraial. Resultado dessa negociação a mais famosa foto da guerra. Timóteo de Oliveira, desafiava o exército tocando o sino da Igreja Velha todos os dias, ao cair da tarde. Sucumbiu na Guerra. Manuel Quadrado, curandeiro e benzedor que cuidava dos doentes e feridos em combate. Sucumbiu na guerra. Tia Benta administrava a residência de Conselheiro. As Professoras Maria Francisca de Vasconcelos ou Maria Bibiana ou ainda Marta Figueira. João Félix, o Taramela, homem de confiança de Conselheiro. Sobreviveu a Guerra. José Venâncio, combatente e homem de confiança de Conselheiro. Manuel Faustino, mestre-de-obras de Canudos. Antonio Fogueteiro, fabricava fogos. Norberto das Baixas era um homem de posses e fornecia madeira de sua fazenda. Antonio Vilanova, chefe civil do arraial. Pimpona, combateu na defesa do arraial. Manuel Ciriaco e José Ciriaco combatentes de guerra. (Calasans, J. 1986)

Esses heróis anônimos estudados por José Calasans se relacionam com os personagens retratados na peça pois o estudo que o grupo se dedicou remete as pessoas que viveram e construíram o arraial assim como descrito pelo diretor da peça em entrevista concedida:

Então esse tema envolve o século XIX inteiro, envolve a terra, o Brasil desde seu princípio, envolve a nação indígena, a nação preta, envolve muitas camadas do Brasil. Mas uma coisa desde o começo era que eu não queria falar dos Sertões logo de cara, primeiro eu queria falar das figuras fortes de Canudos, quem foram os personagens nessa história pra eles contarem essa história. Por isso vieram as professoras porque além do Antônio Conselheiro era necessário que outras vozes aparecessem, se a gente tivesse se baseado somente no Sertões, provavelmente não teriam as professoras em

cena, porque Euclides caracteriza a população de Canudos como analfabetos, que precisavam de escola. Então foi com outra literatura, com outros registros históricos, com livros importantes que a gente descobriu a existência das professoras. (ANEXO, 11/06, p.)

A partir disso, podemos dizer que a peça nos provoca a pensar as permanências do passado no presente, as questões que ainda sobrevivem, por isso provoca deslocamentos de perspectiva sobre as realidades existentes.

É preciso reconhecer que *Restinga de Canudos* realiza plenamente aquilo que Giorgio Agamben define como a tarefa do contemporâneo: fixar o olhar em seu tempo não para perceber suas luzes, mas para contemplar suas sombras; não para confirmar o já sabido, mas para revelar o que permanece obscurecido pela narrativa dominante. Nesse sentido, a montagem constitui um gesto político no presente – uma intervenção que, ao restituir vida às vozes submersas de Canudos, convida-nos a imaginar outras formas possíveis de comunidade e existência coletiva. (Moura, 2025)

4.3 O teatro como ferramenta de transformação social

Esse diálogo entre passado e presente nos mostra a atualidade do conflito narrado, cujas tensões permanecem vivas ainda hoje, como a necessidade de uma educação libertadora, proposta por Paulo Freire e ainda a comunidade de Belo Monte como precursora de movimentos sociais atuais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que mostram em suas práticas a autogestão, a soberania alimentar e a resistência territorial.

Há uma sutil analogia entre o afogamento literal de Canudos sob as águas do açude – ato simbólico de apagamento da memória coletiva – e os processos contemporâneos de silenciamento e invisibilização das experiências populares de resistência. O espetáculo nos confronta com a persistente incapacidade da sociedade brasileira em reconhecer e valorizar as formas de organização social que emergem das classes populares, além da violência sistemática empregada para suprimi-las. (Moura, 2025)

Importante também trazer uma reflexão sobre como o teatro se torna uma ferramenta de transformação social pois podemos considerar que há trocas pedagógicas e ações educativas entranhadas na produção artística realizada pela Cia do Tijolo e na própria constituição e construção do coletivo o que nos permite estabelecer relações com as teorias elaboradas por Paulo Freire como a pedagogia da autonomia e as práticas emancipatórias.

Na perspectiva de Paulo Freire (1978) e Teixeira Coelho (2012), importantes referências para a pesquisa, a ideia de ação cultural, que se relaciona diretamente com a atuação do teatro de grupo na cidade, possibilitam a ativação da imaginação, da ação coletiva e da reflexão. A partir desse ponto de vista, tomando por base Teixeira Coelho (2012), é isso que o

teatro promove como ferramenta da ação cultural por trabalhar em diversas camadas sociais, políticas e pedagógicas.

A atuação da Companhia do Tijolo, como teatro de grupo que promove o envolvimento ativo dos espectadores na leitura de mundo, estabelecendo relações com a política e educação, pode ser compreendida de forma aprofundada a partir da ideia de ação cultural. Teixeira Coelho (2012) defende que a ação cultural deve promover o protagonismo dos sujeitos, ampliar o acesso à cultura e provocar reflexão crítica sobre as estruturas sociais. Nesse sentido, a Companhia do Tijolo pode ser considerada um coletivo que questiona a lógica mercadológica da cultura e aposta na criação colaborativa, no engajamento político e no diálogo com os territórios em que atua.

Segundo Coelho (2012), a ação cultural deve ser capaz de interferir na realidade social, problematizando a ordem instituída e oferecendo novas possibilidades de interpretação do mundo. A Companhia do Tijolo se insere nessa lógica ao valorizar personagens históricos invisibilizados, movimentos sociais e práticas culturais da classe trabalhadora. Trata-se de uma prática que rompe com o entretenimento despolitizado e assume a cultura como campo de disputa simbólica e de formação da cidadania crítica. Portanto, a atuação da Companhia do Tijolo se alinha à concepção de ação cultural defendida por Teixeira Coelho (2012): um fazer artístico comprometido com a transformação social, com a formação crítica dos sujeitos e com a valorização das expressões culturais historicamente invisibilizadas. É nesse cruzamento entre arte, política e educação que o grupo reafirma o papel do teatro como ferramenta de transformação social.

Dessa maneira, também é possível fazer relações com as teorias elaboradas por Paulo Freire, já que o autor argumenta que a ação cultural deve ser comprometida com a construção de uma consciência crítica e da valorização dos saberes populares, ideias que encontram forte ligação com os temas trabalhados pela Cia do Tijolo. Seus espetáculos apresentam uma dramaturgia que convida à escuta ativa, à reflexão coletiva a partir de uma lógica de diálogo horizontal com o público que é a base da pedagogia freiriana.

Dessa maneira, a peça Restinga de Canudos constrói uma leitura crítica do passado para problematizar o presente e transforma a cena teatral em um espaço de diálogo e reflexão. Isso porque o coletivo de teatro provoca a reflexão sobre quem narra a história e de que perspectiva, estimulando a consciência crítica, aproximando-se das ideias de Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia, que afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47).

Ao narrar a história de Canudos, a companhia não coloca uma verdade absoluta, mas propõe um diálogo aberto que sugere diferentes interpretações, permitindo que o público interprete a narrativa a partir de suas próprias experiências. Em uma das cenas do espetáculo, ocorre um encontro entre Antônio Conselheiro e Euclides da Cunha, que dialogam sobre a história de Canudos, mas sem se deter somente nas perspectivas desses personagens, o grupo também coloca em cena duas figuras femininas; as professoras da comunidade de Canudos. Isso nos mostra a escolha do grupo em trazer uma multiplicidade de vozes que se alinham com a ideia defendida por Paulo Freire do diálogo horizontal. Essa forma de fazer teatro fica evidente nas palavras do diretor da Companhia:

A nossa preocupação era como falar do tempo e do espaço do século XIX para um jovem que não tem conhecimento sobre o tema, ou que ouviu falar sobre Canudos somente pela narrativa do massacre, a ideia da Cia do tijolo é sempre instigar, a nossa preocupação é que o outro entenda o nosso percurso e que chegue no corpo do outro e na memória do outro, memórias suas, que tenha a ver com a sua terra, com a sua família. Nós somos um grupo poético, a gente trabalha com as armas da poesia, e não é qualquer poesia, é uma poética que tem endereço, que é viva, que dialoga, a gente procura chegar no outro. (Anexo B, 11/06)

Nesse contexto, as ideias defendidas por Augusto Boal também nos ajudam a entender o teatro como ferramenta de transformação social alinhado com a ideia de uma educação como ato dialógico, assim como afirma Teixeira sobre a concepção dos dois autores citados Paulo Freire e Augusto Boal;

Defendem a educação como ato dialógico, destacando a necessidade de uma razão dialógica comunicativa. Reconhecem que o ato de conhecer e de pensar está diretamente ligado à relação com o outro. O conhecimento precisa de expressão e de comunicação. Não é um ato solitário e se estabelece na dimensão dialógica. (Teixeira, 2007, p. 121).

Essas concepções acerca da educação e do teatro são referências fundamentais para se compreender a necessidade de mudança social a partir do sujeito e dos coletivos pois é um meio de atuação perante os contextos sociais e políticos em que vivemos. Assim, a atuação da Cia do Tijolo torna o teatro como um espaço de aprendizagem, de afirmação de identidades e de exercício do pensamento crítico. Em cada espetáculo, oficina ou ocupação do espaço público, o grupo consegue realizar um exercício de conscientização e construção de novas formas de ser e ver o mundo.

Dessa maneira, partindo da ideia de que o teatro é uma forma de se posicionar contra as injustiças do estado e da sociedade, podemos entender que a partir dele são criados espaços possíveis para reflexão crítica como instrumento de transformação. Nesse sentido que a ação cultural (Coelho, 2012; 1997; Freire, 1978) conceitua o agir no mundo dos grupos de teatro. Por isso, em suas ações artísticas, peças e atos-espetáculos, o grupo consegue revelar questões sociais, políticas, econômicas e culturais que a sociedade enfrenta como o analfabetismo, a vulnerabilidade social, a desigualdade entre outros e oferece a oportunidade de refletir sobre os desejos, os anseios e as necessidades de indivíduos que socialmente são invisíveis perante a sociedade.

Dessa forma, diante das reflexões propostas nesse capítulo, podemos dizer que a peça Restinga de Canudos propõe diálogos fundamentais para entendermos mais sobre os conflitos que marcaram a história do nosso país. Nesse sentido, buscando aprofundar ainda mais as discussões, proponho uma leitura sobre a obra de Luiz Zerbini que é um dos principais nomes da arte contemporânea latino-americana e teve sua primeira exposição no Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 2022, onde apresentou obras que representam eventos marcantes de uma nação, como guerras, batalhas, independências e abolições.

Figura 10: Obra "Canudos não se rendeu" de Luiz Zerbini



Fonte: Portfólio Luiz Zerbini -

Disponível em: <https://fdag.com.br/app/uploads/2016/11/portfolio-luiz-zerbini.pdf>

Essa obra nos instiga a pensar nos personagens que protagonizaram a construção do arraial de Belo Monte, alinhado com as perspectivas encenadas pela Companhia do Tijolo esse quadro nos mostra uma caatinga viva do sertão da Bahia e revela expressões de luta de um povo que enfrentou a violência do estado, mas não se rendeu. A diversidade das pessoas comuns que viveram no arraial nos revela um Brasil profundo carregado de memórias, de lutas, de rezas, cantos e de guerra.

5. Geografia Submersa

Este capítulo busca refletir sobre a ideia da geografia submersa, do que emerge das águas do açude de Cocorobó, entendendo que há uma geografia inscrita no território e nas relações sociais presentes em Canudos. Busca-se fazer um mergulho no tempo-espaço do passado e do presente, entendendo as contradições e os conflitos que marcam a produção do espaço, e as disputas pelos sentidos de desenvolvimento e de um projeto nacional ainda em curso no Brasil.

Os caminhos que nos levam para tal discussão partem de uma geografia que reflita sobre a formação territorial brasileira, entendendo os conceitos de território, identidade, espaço e também na reflexão sobre o projeto nacional marcado pelo massacre e violência como fundamento. Nesse sentido, a história de Canudos pode ser interpretada como um contraponto ao tempo-espaço homogêneo e fragmentado da modernidade, nos levando a questionar a produção do espaço, os projetos de desenvolvimento em curso no sertão nordestino e nos vários cantos do Brasil.

Os vários sentidos que o termo “sertão” assume será analisado como forma de investigar o Brasil e sua formação desigual que se espalha nacionalmente, é um caminho de análise que busca entender e refletir sobre os vários brasis existentes. Assim, também será fundamental aprofundar o debate amplamente discutido no campo geográfico sobre as questões regionais que estão intrínsecas às discussões sobre o sertão.

A articulação entre memória, espaço e resistência são temas que nos auxiliam a entender a geografia do sertão da Bahia, a geografia como território de disputas políticas, sociais, econômicas e culturais. A dimensão política do espaço é discutida por Antônio Carlos Robert Moraes (2002) e nos ajuda a compreender os elementos que influenciaram a representação do sertão como um lugar atrasado e hostil, distante da modernidade, nesse sentido, a geografia como campo do conhecimento, segundo o autor, é atravessada por interesses, projetos e disputas ideológicas que moldam a maneira como o espaço é concebido e representado. Essa representação do sertão “atrasado” marcado pela seca e pela fome esteve presente nos discursos oficiais do Império e do estado Republicano e serviu como instrumento para legitimar a destruição e o massacre da comunidade de Canudos.

Da mesma forma, a construção do açude de Cocorobó nos revela a mesma lógica de apagamento da história e da dimensão política do espaço já que nos coloca diante de um contexto em que houve o apagamento daquilo que restava da memória concreta do arraial de

Belo Monte. O açude foi construído a partir de um decreto, no governo de Getúlio Vargas, e foi responsável pela inundação completa da cidade de Canudos, a “segunda canudos”, que foi construída em 1910 sobre os escombros do arraial pelos sobreviventes da guerra.

A história de Canudos, marcada pela resistência do povo sertanejo liderado por Antônio Conselheiro no fim do século XIX, é um exemplo marcante de como a disputa territorial pode ser também uma disputa identitária. A partir da perspectiva de Rogério Haesbaert, entende-se que o território não é apenas um espaço físico delimitado por fronteiras, mas um espaço simbólico, vivido, construído socialmente e atravessado por relações de poder e pertencimento (Haesbaert, 2004).

Em Canudos, formou-se um território que tinha uma organização social, política e econômica que se diferenciava da ordem republicana, marcada pelos processos de modernização e centralização do poder estatal. A comunidade de Belo Monte reafirmava uma identidade sertaneja, religiosa e autônoma, que se contrapunha aos valores impostos pela elite política da época. Segundo Haesbaert (2004), o território é também uma construção simbólica e identitária, sendo apropriado por diferentes grupos que nele projetam seus sentidos de pertencimento e resistência.

A violenta destruição de Canudos em 1897, representa mais do que um massacre físico: é a negação do direito à diferença e à existência de outras formas de organização territorial. Para o Estado republicano, o arraial era um espaço que escapava ao controle e ao projeto nacional. Essa percepção mostra como o conflito foi uma tentativa de impor um modelo único de ocupação e identidade nacional.

Ao refletir sobre essa história sob a ótica de Haesbaert, é possível compreender que a luta dos habitantes não foi apenas pela sobrevivência, mas também por um modo de vida e como destaca o autor, "a luta pelo território é também, muitas vezes, uma luta pela identidade" (Haesbaert, 2004, p. 157). Dessa forma, entendemos que o território é uma construção política e cultural, marcada por tensões e conflitos e nesse sentido, a resistência de Canudos continua ecoando como símbolo da persistência de povos que reivindicam seu direito de existir, habitar e significar o espaço à sua maneira.

5.1 Formação territorial

A análise do espaço geográfico demanda uma análise anterior da formação socioeconômica dominante, pois o espaço produzido é resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, e por isso expressa as relações sociais que lhe deram origem. Assim sabemos que as formas espaciais são produtos históricos, de materializações de projetos, elaborados por sujeitos históricos e sociais, o que nos faz entender que “por trás de padrões espaciais e de distribuições, de usos do solo e dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades e visões de mundo.” (Moraes, 2005, p.16).

Pensar o espaço, portanto, é analisar sua formação, seus elementos, as relações que se desenvolvem a partir dele e que o produzem. Dessa forma, o geógrafo Milton Santos (1985), no livro *Espaço e Método*, propõe compreender o espaço como uma totalidade, um fator da evolução social e uma instância da sociedade, e considera as interações entre os cinco elementos que o compõem, as instâncias produtivas, as diferentes escalas geográficas e a questão do lugar como fatores fundamentais para a compreensão do espaço. E dessa forma, as condições e especificidades de cada lugar alteram os elementos do espaço e os processos produtivos, na medida em que variam as características socioeconômicas, os componentes relativos ao capital e ao trabalho que são próprios também de cada momento histórico.

Diante dessa perspectiva, é preciso entender que a ação dos grupos sociais não ocorre de forma uniforme no espaço e no tempo, ela se faz de forma mais intensa em determinados momentos históricos e nas áreas onde dispõe de mais capital do que naquelas que dispõe de menores recursos e conhecimentos. E isso nos mostra um dos grandes problemas do desenvolvimento das sociedades, o desigual desenvolvimento que ocorre tanto entre nações, quanto entre as diversas regiões de um mesmo país.

A partir dessa análise, podemos entender como se dá a relação entre o desenvolvimento geográfico desigual e a regionalização no Brasil. Partindo da ideia de que a desigualdade se realiza no plano social e espacial é necessário compreender que o território é o produto das diferenciações e desigualdades e as configurações socioespaciais são a manifestação empírica desses processos. Para Harvey (2013, p. 479), “a produção de configurações espaciais pode então ser tratada como um momento ativo dentro da dinâmica temporal geral da acumulação e da reprodução social”. Isso porque a transformação radical das relações sociais, que deriva da subordinação formal da atividade humana ao capital, como afirma o autor, não ocorreu de forma regular. Segundo Harvey (2013, p. 477), “ela se moveu mais rápido em alguns lugares do que em outros”, tendo “resistido mais fortemente aqui e sido mais bem-vinda ali”. Assim,

podemos dizer que o território brasileiro é marcado pelo desenvolvimento desigual e que as instâncias econômicas, políticas e sociais contribuem para reprodução dessa desigualdade mantendo a lógica desigual da produção socioespacial.

Essa chave de leitura nos ajuda a compreender as contradições e os conflitos presentes nos processos de produção do espaço que se materializa através dos projetos de desenvolvimento que marcaram a história do Brasil. Se formos pensar na época que se deu a Guerra de Canudos, podemos dizer que havia disputas políticas; pelas formas de produção e pelo desenvolvimento do projeto nacional. A questão que se coloca nesse contexto se refere às concepções de atraso e modernidade, como se o “sertão” e todas as pessoas comuns que nele vivem representassem esse atraso, e o litoral modernizado fosse o progresso, como colocado nessa passagem do livro *Sertão, Sertões: Repensando contradições, reconstruindo veredas*:

Como fazer entender que esse mundo chamado sertão é tão intrínseco ao Brasil e ao ser brasileiro, e que seu atraso “parece ser fruto da mesma condição de subserviência e manutenção das desigualdades aplicadas de maneira díspar em todos os “espaços” nacionais? Nesse sentido, o sertão nos envolve como condição de reflexão social sobre nossa existência como nação. Enquanto estivermos olhando para fora, deixamos de entender a nossa própria natureza formativa. Desmistificar o sertão é também elucidar os brasis. Como afirma Ab’Saber (1999, p.7) “Conhecer mais adequadamente o complexo geográfico e social dos sertões secos e fixar os atributos, as limitações e as capacidades dos seus espaços ecológicos nos parece uma espécie de exercício de brasilidade”. (Barros; Prieto; Marinho, 2019, p.73)

Esse “exercício de brasilidade” colocado pelo geógrafo Ab’Saber (1999) nos convida a pensar e refletir sobre como o arraial de Belo Monte e suas formas de produção do espaço escancara a questão da formação territorial brasileira, com a concentração de terras, o poder político, econômico e social dos latifundiários. A resistência dessa população contra a violência estrutural dos latifundiários que é o fundamento da produção do espaço do Brasil evidencia que a estrutura fundiária brasileira é um elemento importante para a compreensão do espaço agrário-regional, isso porque, a concentração de terras no Brasil é um dos pilares da desigualdade territorial e social. Poucas pessoas detêm grande parte das terras, e assim, grandes propriedades ocupam a maior área do país, o que acarreta numa concentração fundiária, fruto de um processo histórico, desde a origem colonial, gerando uma profunda desigualdade territorial e social.

Nesse sentido, a partir do texto escrito por Glória da Anunciação Alves (2019) “A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido” entendemos a importância de refletir sobre a produção do espaço que significa além da materialidade também

um modo de vida de um determinado tempo histórico e que para analisá-lo é necessário compreender as formas de produção e relações existentes na produção espacial.

As ideias do autor Henri Lefebvre contribuem para analisar a produção do espaço nesse contexto, para ele é importante pensar o espaço na sua dimensão social, como algo que foi construído historicamente e que permite uma dada sociedade ou coletividade estabelecer relações. A partir de três dimensões: a do percebido, concebido e vivido conseguimos enxergar na história da construção do arraial de Belo Monte uma interpretação para entender os conflitos e contradições que se enredam nesse contexto histórico e geográfico.

Lefebvre se refere ao espaço concebido como uma dimensão ligada ao planejamento, onde a ordem instituída prevalece, o controle da sociedade se faz de forma planejada. Em relação ao espaço vivido, pode-se dizer que se relaciona com a vida social, sendo uma dimensão espacial ligada à subversão de uma ordem instituída, isso fica evidente na forma como os habitantes de Canudos se apropriaram do espaço, no sentido de que há uma subversão da lógica do concebido. Como mostra essa passagem: “Essa é a potência da dimensão do vivido. Ela pode criar espaços de representação que contenham o devir como uma possibilidade a ser criada pela práxis, aqui entendida como a articulação indissociável entre a teoria e a prática social” (Alves, 2019, p. 559).

Em relação ao espaço percebido, como mediação entre o “vivido” e o “concebido”, Lefebvre argumenta que se refere à prática social em que contém as ações sociais. Nesse sentido, essas dimensões formam campos da experiência que se entrecruzam (Lefebvre, 2006).

Ao buscar na história de Canudos os processos de apropriação do espaço nacional, podemos dizer, na linguagem de Lefebvre, que a dimensão do “percebido”, passa pelo entendimento de que a comunidade de Belo Monte, ao se apropriar do território, se contrapõe a lógica de controle e exploração por parte do Estado e dos latifundiários. Isso porque a forma de organização dos conselheiristas desafiaram o latifúndio, e lutaram pela reprodução de seu modo de vida que ia contra a rede nacional de poder que se concretizava na concentração fundiária. Isso evidencia como a dimensão do “concebido” se coloca nesse contexto em que o espaço é transformado e organizado socialmente pela comunidade de Belo Monte com outra lógica, assumindo uma estrutura alternativa de poder que se distanciava das estruturas da propriedade privada capitalista da terra, da igreja católica e das forças de repressão. A dimensão do “vivido” se materializa a partir da realidade cotidiana sendo o espaço dos habitantes, o vivido corporal e social construído pelas pessoas comuns que viviam no arraial, na criação de outro modo de vida como mostra essa passagem:

Dentre as diversas formas-conteúdos fundamentais dessa luta - e das crenças políticas camponesas -, religiosidade popular e messianismo crítico desenvolvem-se como uma dimensão central romântico-revolucionária de busca pela terra prometida e pela utopia (concreta) do paraíso para os espoliados. (Barros; Prieto; Marinho, 2019, p.41)

Assim, retomar a história de Canudos a partir dessa perspectiva do espaço e do território nos faz entender como é possível articular tempos e espaços, entendendo as permanências do passado no presente. Ademais, é importante discutir e articular outras questões que aparecem nesse contexto, como a questão regional e a identidade nacional.

5.2 A questão regional

A questão regional sempre foi discutida ao longo da história do pensamento geográfico e as discussões referentes aos regionalismos estão muito presentes no território brasileiro. Isso se dá em função da heterogeneidade do nosso território e conseqüentemente reflete em diversas regionalizações, a busca por identidades regionais também se dá em função das singularidades que marcam o espaço geográfico.

Essa discussão é importante para entendermos como os habitantes de Canudos desafiaram a estrutura política e econômica de um país que se estruturou a partir do latifúndio e por isso a questão regional aparece para discutirmos a problemática sertaneja.

Assim, quando falamos na questão regional, precisamos entender que os processos de regionalização podem ser compreendidos como dinâmicas vividas e produzidas por grupos sociais. Além disso, não se pode perder de vista que as questões regionais devem ser sempre analisadas na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na sua interação, ou seja, na relação que se estabelece entre sociedade-natureza, por isso, buscamos aqui analisar esse tema a partir de uma base teórico-metodológica que tenha como questão central a desigualdade socioespacial presente no território, pois é fundamental para se entender a realidade em que vivemos. Nesse sentido, podemos dizer que a formação econômico-social do Brasil não foi um processo homogêneo e por isso a regionalização também não é homogênea. A formação territorial brasileira é heterogênea, com núcleos de formação econômica, cultural e política que se diferenciam pelo território de acordo com as diferentes realidades regionais.

A chamada questão regional que remete segundo Castro (2021) a dimensões culturais, políticas e econômicas vai além de recortes espaciais pois envolve as relações de poder e as representações criadas em torno de determinadas áreas do território. Isso nos ajuda a compreender a problemática sertaneja no contexto da Guerra de Canudos (1896-1897)

A problemática sertaneja não se explicita apenas no nível ambiental ou fragmentada em níveis políticos, econômicos e sociais, mas envolve múltiplas conexões para além das fronteiras estaduais e das regionalizações oficiais e estatais, revelando a urgência do entendimento da escala regional da questão agrária brasileira, atravessada contemporaneamente pela indústria da seca e dos caminhões pipa e pela cerca da propriedade privada capitalista da terra. (Barros; Prieto; Marinho, 2019, p.41)

Nesse sentido, a análise da Guerra de Canudos (1896-1897) permite compreender como a problemática sertaneja foi produzida a partir da ideia de sertão como uma região marcada pelo atraso, o que serviu de justificativa para a repressão violenta ao movimento liderado por Antônio Conselheiro.

Sertão é um termo de significados amplos e, em princípio, como historicamente foi usado, não se confundia com uma determinada região geográfica brasileira. Sertão era usado para se referir a um local não colonizado, lugar rural, toda área distante do litoral, avesso à modernidade, palco das secas, de resistência ou de misérias. (Barros; Prieto; Marinho, 2019, p.58)

Essa problemática a respeito do sertão está inserida numa lógica em que “as regiões são produto de classificações sociais e políticas que hierarquizam os espaços” (Castro, 2021, p. 33). Essa perspectiva ajuda a compreender por que Canudos foi enquadrado pelas narrativas oficiais como uma ameaça à República. A estigmatização da região e de sua população tornou possível justificar a violência do Estado contra um movimento que, em sua essência, expressava a luta por autonomia e melhores condições de vida no sertão.

Isso nos revela como a questão regional está ligada a formação territorial brasileira marcada por desigualdades socioespaciais em que o sertão nordestino foi sistematicamente excluído dos processos de desenvolvimento econômico, o que levou a população a buscar alternativas de sobrevivência e organização social. Castro (2021) lembra que “o regionalismo muitas vezes surge como reação às desigualdades territoriais impostas pela centralização do poder”. Canudos pode ser interpretado como uma forma de resistência diante da marginalização histórica da região. Dessa forma, a análise do movimento a partir da reflexão de Iná de Castro evidencia que a região também deve ser entendida como um campo de disputas simbólicas e políticas. A construção do sertão como lugar do atraso e da barbárie legitimou sua exclusão e a violência contra seus habitantes. Ao mesmo tempo, o movimento de Canudos mostra que a região pode ser também território de resistência, revelando a complexidade do regionalismo brasileiro.

5.3 Açude de Cocorobó

A história de Canudos possui muitas camadas, uma delas é o fato de que houve a construção do açude de Cocorobó que submergiu a cidade. A construção e finalização do açude (1951-1969) nos interessa nesta pesquisa para entendermos como os projetos desenvolvimentistas e republicano continuaram um processo de apagamento dessa história entendendo também as relações que se estabelecem entre o planejamento territorial no Brasil a partir do ideário modernizador no semiárido.

A construção do açude de Cocorobó, impactou na submersão do sítio histórico de Belo Monte. No começo do século XX, por volta de 1909, parte dos sobreviventes do massacre retornaram para a região e lá refundaram um povoado no entorno das ruínas de Belo Monte, conhecido como segunda Canudos, que vai existir até o final da década de 1960, quando começa a se esvaziar com a conclusão do açude e a submersão pelas águas do Vaza Barris que é o rio que corta a região e no qual foi construído o açude.

Essas famílias que retornaram para a região próxima ao rio Vaza Barris viviam em função da terra e construíram uma comunidade marcada pela resistência daqueles que sobreviveram e buscavam reconstruir suas vidas em um novo horizonte de igualdade. Nesse contexto é importante entender que a volta dos sobreviventes da guerra para esse território tem uma relação com a identidade que esse povo construiu ao longo do tempo. Haesbaert (1997) nos ajuda a entender que a identidade social tem uma relação com a identidade territorial, isso porque:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, p. 42).

O autor afirma que a identidade territorial é um tipo de identidade social que expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária. A identidade territorial é o resultado do enraizamento de um grupo social nas relações cotidianas balizada por tradições e mudanças no tempo e no espaço.

Por isso os aspectos histórico-culturais, simbólicos e afetivos da vida de grupos sociais em um determinado lugar devem ser levados em conta nessa análise já que o retorno dessa

população ao território nos revela uma forte relação de pertencimento que foi construída desde a fundação de Belo Monte em 1893 e que se perpetuou após a guerra. A primeira Canudos destruída pela guerra renasce na segunda Canudos, mas tem sua história novamente destruída, agora pelas águas do Cocorobó. Nesse contexto, nos interessa compreender a ação do Estado no sertão nordestino e sua relação com os ideais desenvolvimentistas.

Essa segunda Canudos, construída pelos sobreviventes da guerra em 1909, foi inserida no que se conhece como “Polígono das Secas”, que tem como característica a pouca e irregular precipitação de água. A ideia de Polígono das Secas foi institucionalizada pela Lei nº 175/1936 e reformulada em 1946 pela Lei nº 9.857. Esse conceito é utilizado por instituições do Estado brasileiro e serve como referência na delimitação dos espaços geográficos, sendo amplamente utilizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A construção da barragem teve início na década de 1950 e a justificativa foi baseada em um discurso de desenvolvimento econômico da região através da pesca e da irrigação. As obras se estenderam até 1969, quando Canudos foi definitivamente submersa pelo governo militar. Mais uma vez, seus habitantes começaram a construir a terceira Canudos, nas proximidades da represa. Quando o nível da água no açude de Cocorobó baixa, nos longos períodos de seca que são comuns na região, a Canudos submergida se revela nas ruínas da igreja de Santo Antônio como podemos ver na foto a seguir:

Figura 11: Ruínas submersas pelo açude



Foto: Evandro Teixeira (1994) Disponível em:

<https://www.atlasdochao.org/busca/?search=a%C3%A7ude+de+cocorob%C3%B3>

Para planejar a ação do Estado contra as secas na região semiárida, foi criado um órgão chamado de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esse órgão era responsável pela medição das precipitações em toda região do polígono das secas, o que dava instrumentos para ações de planejamento do DNOCS. Dessa maneira, em 1951, O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) elaborou e executou a construção do açude, as obras iniciadas em 1951 seguiram até a virada do ano de 1968 para o ano de 1969. A partir de 1960, a construção do açude passou a ser coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (BRASIL. Lei Federal nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Importante entender nesse contexto que nos anos de 1930 há uma reestruturação das bases do Estado Brasileiro, centrada na figura de Getúlio Vargas, que acarreta mudanças na forma como o Estado atua no território sendo agente de transformações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, a criação de órgãos estatais, como o DNOCS, faz parte de um projeto político de desenvolvimento do país que almejava uma unidade nacional forjada nas bases de um estado autoritário.

Nesse cenário, podemos dizer que até 1930 o território brasileiro era marcado, como afirma Francisco de Oliveira (1977) por Ilhas regionais, ou seja, cada subespaço do território estava vinculado à economia do exterior pois se tratava de uma lógica produtiva primário-exportadora. Em meados do século XIX se viu uma crescente economia cafeeira que concentrou capital na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro que tinha no processo produtivo mão de obra livre e imigrante. Assim, esse processo configurou o oeste paulista como lócus de acumulação do capital a partir do complexo cafeeiro. Nesse contexto, a problemática das desigualdades regionais teria surgido a partir da diferenciação ocasionada pela concentração-centralização industrial e posteriormente financeira no Sul/Sudeste, especialmente em São Paulo.

A partir de 1930, se inicia um processo de internalização do centro dinâmico da economia o que exigiria uma reestruturação da organização espacial da economia brasileira. (Furtado, 1995). Foi em São Paulo que se organizou uma articulação comercial entre as diversas regiões brasileiras que serviu para a constituição do mercado interno nacional. O que constituiu um parque industrial com fluxos de mercadoria entre polo e periferia. As características estruturais das antigas ilhas regionais, como a do Nordeste e de São Paulo, fizeram com que no final dos anos de 1950 emergisse a questão regional.

A questão regional ganha força pelas diferenças econômicas das regiões brasileiras e

também pelos efeitos da seca de 1958 na região Nordeste, além disso o surgimento das Ligas Camponesas, pela emergência de movimentos sociais urbanos. Nesse contexto, foram feitos estudos baseados nas desigualdades econômicas entre Nordeste em relação ao Centro-Sul, e o que foi implementado na prática aumentou as disparidades regionais. O planejamento foi feito pensando na integração da região Nordeste às elites do Sudeste, através de isenção de impostos para indústrias de São Paulo, por exemplo. Criou-se assim uma submissão dos trabalhadores do Nordeste aos capitais e indústrias do Sudeste.

Nesse contexto, é importante discutir como a criação da SUDENE evidencia uma política de intervenção do Estado que é responsável por fomentar o processo industrial na zona da mata nordestina e também por implementar uma nova política de desenvolvimento do semiárido. A SUDENE, como marco principal do planejamento regional brasileiro, não foi uma política que mexeu em grandes estruturas, não houve transformação do espaço agrário no Nordeste, nos grandes latifúndios, existentes até hoje. A dinâmica de concentração de terras nas mãos de poucos continuou e foi aprofundada pela SUDENE, o que colocou o Nordeste em condição periférica. Nesse sentido, cabe trazer a reflexão de que ou as classes populares participam do planejamento, ou vão continuar sendo feitas políticas de acordo com os interesses das elites dominantes e das forças do capital que não se interessam nas questões centrais de subdesenvolvimento do Brasil como o latifúndio. Assim, a SUDENE no fim das contas serviu para a estrutura vigente permanecer com mais poder e capilaridade nas regiões do território brasileiro.

Isso nos mostra a relação com a construção do Açude de Cocorobó, já que segundo o autor Eldon Canário (2002) no livro *Canudos: Sob as águas da ilusão* afirma que o açude não alcançou os objetivos idealizados e questiona a forma como foi feita a construção dessa obra hídrica na região que inundou as ruínas e a memória de Canudos. Outro autor que estudou esse tema foi Flávio Miguez de Mello (2018), membro do Comitê Brasileiro de Barragens, ele afirma que “no local selecionado, o volume de água acumulado pelo açude não é suficiente para atender a exploração de todo potencial de solo agricultável à jusante”. Manoel Neto, historiador e coordenador do Núcleo de Audiovisual do Centro de Estudos Euclides da Cunha, também afirma que o açude tinha como intenção maior a destruição do espaço que remetia à guerra, era como se as águas tivessem o poder de fechar uma ferida aberta. Na sua análise, parte da população se beneficiou da existência de um açude de grande porte, porém:

Se de um lado eles se mostram orgulhosos pela tarefa grandiosa que cumpriram, afinal o açude ocupa o espaço majestoso em terras da antiga fazenda Cocorobó, por outro lado lamentam a perda da cidade que submergiu. Alguns reclamam as irrisórias indenizações recebidas pelos antigos imóveis, outros choram as lembranças existenciais: a festa predileta, a rua onde moraram, os familiares sepultados no antigo cemitério, a casa paterna, enfim, a vida celebrada no correr do tempo. (Neto, Os cassacos do Cocorobó)

Dessa forma, podemos entender que as ações do Estado na construção do Açude revelam um discurso hegemônico de que é preciso levar o desenvolvimento e combater a seca na região do semiárido, essa é a justificativa dos órgãos federais para construção dessas obras hídricas. Porém, precisamos pensar o quanto a população de Canudos foi realmente beneficiada com essas intervenções externas que não necessariamente resolveram as questões locais. Se sabe que é preciso criar soluções e aprimoramento de técnicas para ampliar o abastecimento de água nessas regiões, mas a questão que procuro problematizar diz respeito à forma como isso tem sido feito ao longo da história. É necessário incluir a população local para discutir o planejamento e buscar soluções para conviver com as condições ambientais do sertão, ou seja, dar voz às respostas que emergem do próprio sertão.

Essa discussão nos coloca diante de um cenário que se repetiu na história do Brasil, já que a violência por trás da construção do Açude de Cocorobó, que está inserida nessa lógica do desenvolvimento regional que não altera as estruturas políticas e econômicas do país em prol de melhorias para a população. Isso porque o desenvolvimento como forma de superação da seca no nordeste brasileiro não gerou necessariamente melhorias na vida da população, a história e os saberes das pessoas comuns que vivem em Canudos ou em outros lugares do sertão não foram levados em conta nesses projetos de desenvolvimento que levam, segundo essa narrativa hegemônica, à modernidade.

A construção do Açude de Cocorobó foi mais um projeto do Estado que buscou levar a modernidade para o interior do país, em nome desse projeto de nação e o que se vê, mais uma vez na história do Brasil, é uma tentativa de apagamento do território, da identidade e da história de um povo que buscou criar outro modo de vida. O modo de vida sertanejo, se faz no cotidiano, e configura uma identidade que o Estado nunca reconheceu ao longo da história, buscando sempre importar ideais de progresso e desenvolvimento que não condizem com a realidade sertaneja e por isso essas ações estatais que produziram a guerra e apagaram as memórias que restavam perpetuam essa lógica violenta que a séculos toma conta do Brasil.

5.4 Tempo-espaço do passado e do presente

Diante de tais reflexões propostas neste capítulo, podemos também aprofundar a reflexão sobre o tempo-espaço do passado e do presente, entendendo as contradições e os conflitos estruturais que moldaram o nosso país e que até hoje persistem.

Propus aqui discutir como a história de Canudos nos ajuda a compreender o presente, isso porque após a destruição do arraial de Belo Monte, os soldados pobres que haviam lutado na guerra ao retornarem para o Rio de Janeiro, e não tendo recebido as recompensas prometidas, passaram a ocupar os morros da cidade e justamente pela memória que guardavam do morro de Canudos, onde se instalaram durante a guerra, passaram a nomear essas moradias de favela, esses lugares que ficavam no dorso dos morros. Dessa maneira, a origem do nome favela, discutido por Ariano Suassuna a partir dos relatos de Euclides da Cunha, está relacionada ao povo sertanejo, essa palavra designava uma planta típica da caatinga, comum aos morros do sertão.

Assim, ao entendermos a origem da palavra favela, compreendemos também a permanência da injustiça, do massacre, da violência que fundou o Brasil, mas também reconhecemos as formas de resistência dos povos que lutaram e ainda lutam por suas existências. Se a ordem republicana destruiu Canudos no passado, hoje, no presente, em nome da segurança pública o estado ainda provoca massacres nas periferias brasileiras. Essa reflexão tem como objetivo manter viva a memória daqueles que lutaram contra o fogo e contra a submersão das águas do açude e contra essas violências que se perpetuam no presente. A partir do exemplo de Canudos e da simbologia do termo favela, resgatada por Ariano Suassuna, revela-se uma continuidade estrutural entre o arraial sertanejo e as favelas urbanas: ambos constituem espaços de resistência forjados na exclusão e na desigualdade, do sertão ao morro, da guerra de Canudos à guerra cotidiana nas periferias urbanas.

Ariano Suassuna, em seu ensaio *A Favela e o Arraial* nos convida a pensar nessa ligação entre a favela urbana e o arraial sertanejo, como afirma Suassuna, são as duas faces de um mesmo Brasil - o Brasil real, profundo, o Brasil dos excluídos, dos explorados e oprimidos, Brasil do nosso povo pobre, negro, indígena e mestiço, que vive e resiste à margem do “Brasil oficial”. O mesmo povo que foi bombardeado em Canudos é hoje o povo alvejado nas favelas, como nos lembra Suassuna em *Canudos, Nós e o Mundo (1999)* “quando numa grande cidade, a polícia invade uma favela, são outros tantos dos nossos inumeráveis ‘arraiais de Canudos’ pertencentes ao Brasil real que estão sendo destruídos e assolados pelo país oficial, que para isso, consegue recrutar, a seu serviço outros pobres integrantes do Brasil real”.

6. Considerações Finais

Esse percurso realizado ao longo da pesquisa começa com a consideração do livro de Euclides da Cunha e os registros históricos publicados pelo Exército Brasileiro e pela imprensa da época, partimos desses documentos para encontrar as ideias que construíram e perpetuaram no imaginário social brasileiro a respeito da Guerra de Canudos. Essas narrativas que se consolidaram foram importantes objetos de análise pois a partir delas conseguimos entender a problemática que retrata em primeiro lugar o massacre e a guerra como se a população liderada por Antônio Conselheiro fosse uma ameaça ao estado brasileiro. Nesta pesquisa buscou-se trazer uma visão sobre Canudos a partir das manifestações concretas de outros modos de vida que existiram antes da guerra.

A dramaturgia apresentada pela Companhia do Tijolo em Restinga de Canudos, nos possibilitou dialogar com a imaginação e entender que a construção do espaço pode assumir sentidos poéticos e estéticos que participaram da construção de uma história contada pelos habitantes da cidade submersa chamada de Canudos. A partir disso, outros diálogos foram possíveis considerando as trocas pedagógicas e ações educativas entranhadas na produção artística realizada pela Cia do Tijolo. Essas representações presentes no teatro nos fizeram refletir sobre a história de vida de mulheres, professoras, beatos rezadores, agricultores e poetas que viveram em Canudos. Isso nos permite enxergar narrativas que se diferenciam das “oficiais” e aprofundam nossa visão sobre a história do nosso país.

Ademais, o mergulho nas águas do Açude de Cocorobó foi importante para enxergar a partir da geografia as relações que marcam a produção do espaço, e a formação territorial brasileira. Nesse sentido, entendendo que as categorias do pensamento geográfico se reportam à realidade e por isso dizem respeito à existência, podemos dizer que a dimensão geográfica do real se estabelece a partir dos conceitos trabalhados nessa pesquisa como: território e espaço que carregam consigo um sentido totalizador. Nessa perspectiva, podemos dizer que a geografia só pode ser entendida na sua totalidade e a unidade se evidencia na relação entre sociedade-natureza o que nos mostra que toda sociedade cria uma geografia para sua própria reprodução e por isso é importante pensar na condição de existência que engloba a parte objetiva e subjetiva.

A partir disso, entendemos que no humano encontramos a unidade entre a objetividade e subjetividade e isso é importante para compreender que tudo vai ser reproduzido no espaço pois é nele que se encontra a possibilidade de reprodução. Para Henri Lefebvre o espaço estaria ligado a reprodução das relações sociais de produção e, portanto, seria um esquema comum às

atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, e aos espaços construídos. A partir dessa perspectiva, podemos dizer que a metáfora da geografia submersa nos convida a refletir sobre o espaço geográfico onde se inscrevem tanto a violência histórica quanto as práticas de resistência. As águas que submergiram o sítio histórico de Belo Monte não silenciaram as vozes dos povos que lá habitavam e ainda habitam a região no entorno. Essa geografia submersa que foi analisada durante esse trabalho nos mostra as contradições do nosso país, a favela e o sertão são espaços que produzem saberes e formas de existência próprias, em permanente confronto com a lógica excludente do Estado, por isso a importância de resgatar a dimensão política do território como campo de muitas lutas e de construção coletiva de identidades. A partir dessa leitura geográfica propomos uma interpretação sobre o Brasil, que insiste em esquecer suas potentes margens, mas há arte pelas beiradas, há produção pulsando nos interiores e veredas desse país de muitos brasis.

Assim, termino esse trabalho com a ideia de que o direito ao passado, nos convoca a visitar a história para que ela não se repita, a partir de uma leitura geográfica podemos ir além das narrativas hegemônicas que tanto nos cegam os olhos. E assim conseguimos analisar as disputas de narrativas travadas em torno da Guerra de Canudos, que é apenas uma das tantas histórias sangrentas que marcaram a constituição do Brasil e que essas reflexões e diálogos propostos aqui se mostrem como um caminho para se pensar as outras narrativas que marcam nosso imaginário social e que precisamos visitar e encontrar nas veredas e brechas da história do nosso país essas outras vozes que falam sobre o Brasil. Por isso, navegamos pelas águas do açude de Cocorobó, para enxergar o que antes era chão e que as pessoas pisavam, plantavam, construíam suas casas e igrejas. Isso são marcas de um passado que insiste em se fazer presente e que nos levam a memórias insurgentes e a uma canudos que resiste.

7. Referências Bibliográficas

ALVES, G. A. *A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.

AZEVEDO, Aroldo de. “Os Sertões” e a Geografia. Boletim Paulista de Geografia, 1950.

BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Orgs.). *Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante, 2019.

BOLETIM do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Fortaleza: DNOCS, 1958-1969. Irregular.

BOLETIM do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. n. 11, v. 23. Fortaleza, 1965.

CALASANS, José. Notícias dos beatos. *Quase biografias de jagunços*. Salvador: UFBA, 1986.

CASTRO, Iná E. de. *A questão regional como problema para análise do regionalismo*. In: Leopoldo, E.; Haesbaert, R.; Cruz, R. C. A. Serpa, A. (Orgs) *Por uma nova Geografia Regional*. RJ: Ed. Consequência, 2021.

CANÁRIO, Eldon Dantas. *Canudos – sob as águas da ilusão*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2002.

CIA DO TIJOLO. Disponível em: <<https://www.ciadotijolo.com.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

COSTA, Nicola S. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: Moderna, 1990.

COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2003 [1937].

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a campanha de Canudos*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Ilustrações de Alfredo Aquino. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Mapa “Esboço Geográfico do Sertão de Canudos”, p.28.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1957. (25ª ed., 1995).

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Os Sertões” para estrangeiros. In: _____. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1977.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 27 nov. 1896. p. 1.

HARVEY, David. *Para entender o capital: Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, RJ: Ed UFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEOPOLDO, E.; HAESBAERT, R.; CRUZ, R. C. A.; SERPA, A. (Orgs.). *Por uma nova geografia regional*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 25-44.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MELLO, Flávio Miguez de. *História das barragens no Brasil: séculos XIX, XX e XXI*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de Barragens, 2018.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.
- MOURA, Ivana. *A reinvenção de Canudos para além do massacre: crítica de “Restinga de Canudos”, da Cia do Tijolo*. 2025. Disponível em: <https://www.satisfeitayolanda.com.br/blog/tag/restinga-de-canudos/>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- OLAVO, Antonio. *Paixão e guerra no sertão de Canudos*. Direção: Antonio Olavo. Produção: Portfolium, 1993. (Filme).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REALE, Miguel. *Face oculta de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SUASSUNA, Ariano. *Canudos, nós e o mundo*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 1999. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0712199907.htm>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- SUDENE. *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste: 1961-1963*. 1966.
- URPIA, Demétrio. **Arraial dos Canudos: visto pela estrada do Rosário**. Wilcke, Picard & Cía., 1897. 1 litografia, p&b, 63,5 cm x 77,4 cm. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Arraial dos Canudos: visto pela estrada do Rosário**. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/442329>>. Acesso em: 11/11/2025

TEIXEIRA, Evandro. Açude de Cocorobó (fotografia). Atlas do Chão. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/busca/?search=a%C3%A7ude+de+cocorob%C3%B3> Acesso em: 06 dez. 2025.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

8. Anexo A- Ficha Técnica de Restinga de Canudos

Criação e dramaturgia: Dinho Lima Flor e Rodrigo Mercadante.

Direção geral: Dinho Lima Flor.

Elenco: Dinho Lima Flor, Rodrigo Mercadante, Karen Menatti, Odília Nunes, Artur Mattar, Jaque da Silva, Danilo Nonato, João Bertolai, Marcos Coin, Dicinho Areias, Jonathan Silva, Juh Vieira.

Atriz colaboradora: Vanessa Petroncari.

Movimento e corpo: Viviane Ferreira.

Composições originais: Jonathan Silva.

Direção musical: Cia. do Tijolo e William Guedes.

Desenhos: Artur Mattar.

Cenário: Cia. do Tijolo e Douglas Vendramini.

Assistência de cenotécnica: Tati Garcez e Gonzalo Dorado

Figurino: Cia. do Tijolo e Silvana Marcondes.

Iluminação: Cia. do Tijolo e Rafael Araújo^[1]_{SEP}

Som: Hugo Bispo.

Fotos: Alécio César e Flavio Barollo.

Filmagem da peça: Flavio Barollo

Design gráfico: Fábio Viana.

Assessoria de imprensa: Rafael Ferro e Pedro Madeira.

Direção de produção: Garcez Produções (Suelen Garcez).

Produção executiva: Suelen Garcez.

Assistência de produção: Tati Garcez

9. Anexo B- Transcrição da Entrevista

Para a realização da entrevista com Dinho Lima Flor, o diretor e ator da Cia do Tijolo, foi feito um roteiro baseado em algumas perguntas norteadoras mostrado no quadro a seguir:

1. Como é pra você falar de Canudos? Dialoga com a sua trajetória de vida? Como chegaram a esse tema?
2. Quais foram as referências para construção da dramaturgia? A partir de que perspectiva estão falando de Canudos?
3. Que Brasil, qual ideia de brasil vocês quiseram representar na peça?
4. Como foi essa construção dramática em relação ao tempo-espaço do presente e do passado? Qual a importância desse tema nos tempos atuais?
5. Como foi a construção cênica do espetáculo? Existia uma preocupação de dialogar com o público?

Dados Coletados na Entrevista

11/06/2025	1. Como é para você falar de Canudos? Dialoga com a sua trajetória de vida? Como chegaram a esse tema?
Relato	Esse tema de Canudos me bateu a muitos anos atrás, eu vou falar um pouco do meu percurso, eu fui das Comunidades Eclesiais de base, um aspirante das comunidades. Eu era um jovem que me interessava muito pelo tema da justiça, da terra e as comunidades eclesiais estão ligadas a um ciclo católico progressista de onde vem Frei Beto, Dom Helder Câmara, Maria Valéria Rezende, Ivone Gebara e tantos outros que deram a sua vida para a causa da justiça e da terra. Eu sou de uma cidade chamada Tacaimbó no agreste de Pernambuco, a menor cidade da região e eu era um jovem que convivia muito com a igreja católica, era a única coisa que tinha... não tinha teatro, não tinha cinema, então talvez o cinema e o teatro eram imaginativos, eu ia pra igreja, eu ia rezar, mas também ia cantar, ia ler, eu gostava muito de ler. O padre dessa igreja, Pedro Aguiar que foi assassinado porque foi se juntar com o MST, no país é assim, você se envolve com a luta pela terra e o revólver chega. Esse padre falava da luta do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, que é uma comunidade pós Canudos, falava da luta por terra, do beato Antônio Conselheiro... enfim tudo isso ficou na minha memória, e aí

	<p>quando eu fui crescendo o teatro foi uma janela muito forte para descortinar o Brasil, ou pelo menos tentar descortinar, para gente se entender, entender o que é o Brasil, esse país de injustiça perpétua desde quando os invasores chegaram aqui. Isso nos pertence tenebrosamente. Então Canudos já era, lá no subsolo da minha memória um lugar e aí em 2015 a Cia do Tijolo ganhou um prêmio que permitiu viajar para muitas cidades do Nordeste e uma delas foi Canudos, e foi aí que vimos as águas de Cocorobó, conversamos com muita gente. E foi ali que eu tive vontade de falar sobre Canudos. E mais pra frente eu consegui o PROAC, no início era pra ser um solo, mas aos poucos entendi que era um projeto maior que precisava de mais gente.</p>
Comentário	<p>É possível perceber que a trajetória individual do ator diz muito sobre a escolha do tema da peça, e as influências que fizeram parte dessa construção na narrativa apresentada sobre Canudos.</p>

11/06/2025	<p>2. Quais foram as referências para construção da dramaturgia? A partir de que perspectiva estão falando de Canudos? Que Brasil, qual ideia de Brasil vocês quiseram representar na peça?</p>
Relato	<p>A pergunta inicial que eu fiz como direção na montagem do espetáculo foi “Como Canudos chegou a cada um de nós, como esse tema se relaciona com o Brasil” e isso a gente levou pra cena, tudo aquilo que a gente colocou foi fruto do ensaio. Começamos lendo o livro organizado pela Joana Barros que chama reconstruindo Veredas, foi muito importante para nós porque era um livro que coloca de um lado a referência do Sertões de Euclides da Cunha e do outro lado o que Os Sertões não dizia e não queria dizer e confrontando as ideias. O Aziz Ab’Saber também escreve neste livro, além do fotógrafo Flávio de Barros. Depois lemos um livro que chama Canudos: de Antônio Conselheiro a Lula da Silva do autor Pedro Vasconcellos. Também lemos um mestrado “Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro” do Alexandre Otten. Outro romance lido foi o</p>

	<p>Veredicto em Canudos do Sándor Márai, conta a história de quando Canudos foi destruída, o general do exército vai a Canudos dar a última entrevista e enquanto isso o exército traz um tonel com cachaça e tiram de lá a cabeça de Antônio Conselheiro cortada e o romance explora essa cena de quando o soldado tira a cabeça do beato e ela se retorçe, como se falasse BRASIL. É muito interessante esse romance porque propõem estética, conteúdo, linguagem e ajudou muito na montagem do espetáculo. Também lemos o livro “Viva o Povo Brasileiro” de João Ubaldo Ribeiro. Foram referências fundamentais para aprofundar o tema e ir além dos escritos de Euclides da Cunha. Então esse tema envolve o século XIX inteiro, envolve a terra, o Brasil desde seu princípio, envolve a nação indígena, a nação preta, envolve muitas camadas do Brasil. Mas uma coisa desde o começo era que eu não queria falar dos Sertões logo de cara, primeiro eu queria falar das figuras fortes de Canudos, quem foram os personagens nessa história pra eles contarem essa história. Por isso vieram as professoras porque além do Antônio Conselheiro era necessário que outras vozes aparecessem, se a gente tivesse se baseado somente no Sertões, provavelmente não teriam as professoras em cena, porque Euclides caracteriza a população de Canudos como analfabetos, que precisavam de escola. Então foi com outra literatura, com outros registros históricos, com livros importantes que a gente descobriu a existência das professoras.</p>
Comentário	<p>Esse relato nos mostra como a pesquisa da Cia do Tijolo buscou outras fontes de repertório sobre o tema, buscando outras narrativas que se diferenciam das narrativas da historiografia oficial. Isso fica evidente em cena.</p>

11/06/2025	<p>3. Como foi essa construção dramática em relação ao tempo-espço do presente e do passado? Qual a importância desse tema nos tempos atuais?</p>
------------	--

Relato	<p>As referências bibliográficas, fotográficas e geográficas foram muito importantes para construir o cenário, porque nos mostrou o contexto, o lugar geográfico, qual o solo e quem pisava nesse solo, quais nações que pisavam nesse solo, o que estava em volta desse século XIX, que aconteceu a abolição da escravatura, a Lei de Terras. Então pensando no tempo que nós tínhamos que era o século XIX, e o espaço que era Canudos, uma terra no Sertão da Bahia. E tinha uma coisa que pra mim era muito importante porque pra mim o sertanejo, em qualquer lugar que ele estiver, seja na Bahia, em Sergipe, nos lugares que tem uma faixa sertaneja que tem o solo, a água, a caatinga, o povo que cuida daquele lugar. Eu sou agreste, mas eu sou do sertão, porque agreste e sertão é muito tênue, é a mesma caatinga, parece que é o mesmo povo. A faixa sertaneja onde eu nasci em Pernambuco, é muito parecida com o sertão da Bahia, o povo é caboclo filho de índio e preto, que come cuscuz, as raízes também que tem o chão esturricado, tem os açudes. Então pra mim era muito importante contar com essa referência de lugar, de geografia porque essa geografia de onde eu nasci também se vê no sertão da Bahia. Então a ponte que a gente fez pro século XXI pra gente contar sobre Canudos é o lugar da injustiça, o lugar da não distribuição de terras, da não reforma agrária. Então o tema é de agora. Então trouxemos o MST, que tem uma ligação com a terra.</p>
Comentário	<p>Essa representação do espaço e do tempo na dramaturgia apresentada pela Cia do Tijolo foi muito importante para construção dos personagens retratados na peça e deram fundamento para representação de Canudos dialogando com o tempo presente.</p>

11/06/2025	4. Como foi a construção cênica do espetáculo? Existe uma preocupação de dialogar com o público?
-------------------	---

<p>Relato</p>	<p>A ideia foi trazer um retroprojeto, desenhamos os personagens, conduzindo a narrativa desses personagens. Nos inspiramos em fotografias da época, e nos escritos que caracterizavam a população de Canudos e foi aí que construímos os desenhos dos personagens. A nossa preocupação era como falar do tempo e do espaço do século XIX para um jovem que não tem conhecimento sobre o tema, ou que ouviu falar sobre Canudos somente pela narrativa do massacre, a ideia da Cia do tijolo é sempre instigar, a nossa preocupação é que o outro entenda o nosso percurso e que chegue no corpo do outro e na memória do outro, memórias suas, que tenha a ver com a sua terra, com a sua família. Nós somos um grupo poético, a gente trabalha com as armas da poesia, e não é qualquer poesia, é uma poética que tem endereço, que é viva, que dialoga, a gente procura chegar no outro. Então a gente tinha essa preocupação e por isso trouxemos o cuscuz em cena, porque o primeiro ato que a gente faz no espetáculo é a mesa posta, dizendo que era um lugar que todos podiam comer como em Canudos que tinha essa profecia dos rios de leite e as barrancas, as montanhas de cuscuz, que é muito grandioso. É tão bonito porque o fato de se preocupar com a fome das pessoas é o básico de tudo, porque se sua barriga tá cheia, você pensa, você ri, você reza e canta. Se você está com fome, a sua preocupação primeira é se alimentar e é injusto isso. Por isso o cuscuz abre a peça para dar sentido pro lugar que traz o sentido da luta pela terra, pela comida. Por isso falar da comida, do povo que enganou a República com muita estratégia, com muita luta. Por isso a gente mostrou, conseguiu traduzir muito bem pra cena também com os bambus, que caracterizaram as cenas. As composições musicais foram construídas também pra conduzir as cenas e ajudava a fechar a dramaturgia.</p>
<p>Comentário</p>	<p>Essa preocupação da Cia do Tijolo em dialogar com o público é uma característica importante do grupo pois conseguem falar de um assunto tão complexo como a história de Canudos de forma poética e com muita profundidade.</p>